

Economia em Debate

nº 275

(23/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Desafio da crise fiscal

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

O governo federal precisaria gastar R\$ 76 bi para concluir obras paradas no País. Estudo mostra 7 mil casos, como o CEU na zona norte de São Paulo.

O governo federal precisaria desembolsar, pelo menos, R\$ 76 bilhões para concluir as milhares de obras paradas de Norte a Sul do Brasil. Mas, com a grave crise fiscal que derrubou os investimentos ao menor nível em mais de uma década, a preocupação é que parte desses empreendimentos seja de vez abandonada.

O resultado faz parte do estudo Impacto Econômico e Social das Obras Públicas no Brasil, feito pelo presidente da consultoria InterB, Cláudio Frischtak, a pedido da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). O levantamento mapeia cerca de 7 mil obras paradas só na esfera federal. Além dos projetos tradicionais e bilionários, como as Ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste, o trabalho coloca luz sobre a paralisação de obras menores, como creches e escolas municipais.

Embora seja alarmante, o resultado do estudo pode ser considerado conservador, afirma Frischtak. Isso porque o conjunto de informações disponíveis sobre o assunto é escasso e incompleto nas esferas estaduais e municipais. Pelas estimativas do economista, se incluídas essas obras, o volume de projetos paralisados no País sobe para R\$ 144 bilhões. “A situação é muito pior do que a gente consegue mensurar.”

A paralisação de obras, que já era grave nos tempos de bonança da economia, vem se transformando num problema crônico com a incapacidade de o Estado investir, alertam especialistas. Com dificuldade para fechar a conta no azul, a medida mais fácil tem sido cortar investimentos. E isso tem ocorrido num efeito dominó que atinge todas as esferas públicas: governo federal, Estados e municípios.

“Como não dá para mexer nos gastos obrigatórios, a alternativa tem sido limitar investimentos importantes para o País voltar a crescer”, afirma o diretor de macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Ronaldo Souza Junior. O resultado é a ausência de novos projetos e a paralisação daqueles já iniciados.

Além dos transtornos para a população, a interrupção de uma obra representa grande prejuízo para o poder público, com o inevitável aumento dos custos numa retomada, afirma o presidente da Comissão de Infraestrutura da Cbic, Carlos Eduardo Lima Jorge. Isso ocorre por causa da deterioração de serviços já feitos e de reajustes do contrato pelo tempo parado.

Para o executivo, existe ainda outro efeito perverso na paralisação de obras: muitas delas perderam sentido econômico e social e não se justificam mais. “Ou seja, o dinheiro investido no início do projeto vai para o lixo”, completa o

presidente do Cbic, José Carlos Martins. Na avaliação dele, mesmo aquelas que têm racionalidade econômica correm o risco de não serem concluídas. Além da falta de dinheiro, diz o executivo, as obras paradas também sofrem com problemas de desapropriação, licenciamento ambiental e má qualidade dos projetos executivos.

Empurrão. Na prática, a interrupção de obras tem impacto direto no Produto Interno Bruto (PIB), cujo desempenho está abaixo do esperado neste ano. Pelos cálculos de Frischtak, apenas a retomada dos projetos federais poderia dar um impulso de 1,8% no PIB, o que significaria R\$ 115 bilhões a mais na economia nacional.

Cenário adverso motiva investidor a procurar alternativas no exterior

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

Com a Selic estacionada em sua mínima histórica de 6,50% e a Bolsa com prejuízo de 7,54% em 2018 -- sensível à incerteza doméstica e à economia americana --, a vida não está fácil para o investidor brasileiro. Não à toa, cresce no mercado a procura por opções que prometem driblar o risco Brasil.

São aplicações, em geral, lastreadas em ativos internacionais, como fundos de moedas estrangeiras e ações de empresas negociadas nos Estados Unidos. Mas apesar da boa perspectiva de rentabilidade desses produtos nos últimos 12 meses, especialistas alertam para os riscos que esses negócios carregam.

Para o investidor qualificado, como é chamado quem tem mais de R\$ 1 milhão em aplicações financeiras, não faltam opções para acessar mercados externos. A novidade é que, recentemente, produtos similares tornaram-se acessíveis também para quem tem a partir de R\$ 1,1 mil para desembolsar.

Exemplos são os fundos negociados na Bolsa que replicam índices, conhecidos como ETFs (Exchange Traded Funds). Há dois deles que têm como objetivo atingir performance similar ao do S&P 500, maior índice da principal bolsa de Nova York. São o iShares S&P 500, gerido pela gestora americana BlackRock, que mantém um escritório em São Paulo, e o It Now S&P500, do Banco Itaú. Eles têm taxas de administração próximas de 0,25% ao ano e apresentaram rentabilidade média de 18,5% em 2018.

Há também os recibos de ações de companhias estrangeiras listados na B3, os chamados

BDRs (Brazilian Depositary Receipts), onde é possível adquirir ações de 130 empresas do exterior pela Bolsa brasileira, embora apenas oito estejam abertos para o investidor comum.

Em tempos de dólar em alta (a moeda já se valorizou 14,01% neste ano), outro produto da moda neste momento são os fundos cambiais, que investem pelo

menos 80% de seus ativos em moedas estrangeiras. De janeiro a maio de 2018, a captação líquida desses produtos ficou em R\$ 448 milhões, contra uma captação negativa de R\$ 81 milhões em igual período do ano passado, segundo dados da associação do setor, a Anbima.

Calma. Mas, mesmo com essas possibilidades, especialistas do mercado recomendam cautela com a diversificação dos ativos da carteira. Para eles, a exposição internacional pode ser uma boa pedida, mas ela deve ser focada para o longo prazo – e não como uma proteção pontual. Além disso, trata-se de uma estratégia para ser utilizada com parcimônia.

O gerente de portfólio do Itaú Asset, Rodrigo Leal, é um dos especialistas que relata o aumento pelo interesse de clientes em produtos em ativos de fora do País. Na opinião dele, diversificar geograficamente os investimentos é uma estratégia recomendável. Dessa maneira, é possível se proteger de choques em um mercado específico. Entretanto, ele pede cuidado com a euforia de acreditar que, já que a rentabilidade de algumas aplicações foi positiva nos últimos meses, isso irá garantir o mesmo desempenho no futuro. “Percebemos um aumento na demanda por produtos do tipo (no exterior). Mas não gosto de incentivar esse tipo de comportamento. A estratégia de diversificar o investimento deve ser de longo prazo, e não de olhar tanto para o curto prazo, com o cenário volátil que teremos no Brasil até as eleições”, diz.

Para Vinícius Maeda, diretor de relações com investidores da Magnetis, observar os novos produtos expostos no exterior pode ser uma ferramenta importante para o investidor conseguir capturar valor, independentemente dos movimentos do mercado. No entanto, ela deve ser compatível ao nível de risco e ao objetivo que o aplicador deseja.

“É difícil até para profissionais adivinhar movimentos de mercado fora do Brasil. Para o investidor comum, é mais difícil ainda. Por isso, é importante pensar em estratégias de longo prazo, para não acabar entrando e saindo de posições em momentos ruins”, afirma.

O economista Eduardo Moreira, Sócio da Insight Consultoria, alerta para os perigos de alocar uma fatia muito grande do capital em mercados estrangeiros. Segundo ele, o risco de exposição cambial é alto e pode comprometer grande parte do patrimônio. “Investimento no exterior deve ser complementar. Existem boas opções no cenário doméstico”, diz.

Fazenda alerta candidatos sobre contas públicas

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

Sem alarde, o Ministério da Fazenda começou a apresentar aos coordenadores de campanha dos pré-candidatos à Presidência da República a real situação das contas públicas, previsões do Orçamento para 2019 e os próximos riscos fiscais.

Preocupada com a falta de debate sobre as reformas fiscais faltando só quatro meses para eleições, a equipe econômica quer alertar os principais “gurus” econômicos dos pré-candidatos, inclusive os adversários do governo Michel Temer, para o quadro crítico das contas públicas, que continua gravíssimo apesar do ajuste gradual implementado nos últimos anos.

A proposta da Fazenda é mostrar que o ajuste fiscal não está consolidado e não se sustenta sem as reformas, sobretudo, a da Previdência. O governo Michel Temer chegou a mandar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) endurecendo as regras para a concessão de aposentadorias, mas a proposta ficou suspensa com as duas denúncias contra o presidente. Com a intervenção no Rio, a PEC foi engavetada porque não pode ser votada.

As reuniões com as equipes dos pré-candidatos estão sendo conduzidas pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. A primeira reunião foi feita com Paulo Guedes, coordenador econômico do líder das pesquisas Jair Bolsonaro (PSL), há duas semanas. Guedes defende uma agenda liberal de controle fiscal e privatizações, que contrasta com as opiniões de perfil estatizante e intervencionista do seu candidato. Para evitar exposição, a agenda de Mansueto citou Guedes como diretor do Ipea.

O economista Mauro Benevides, coordenador econômico do pré-candidato Ciro Gomes (PDT), já foi contatado pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que ficou de marcar uma data para o encontro.

A reportagem apurou que a preocupação da equipe econômica é com o risco de mudanças mal conduzidas no teto de gasto, regra fiscal constitucional criada no governo Temer que fixa teto anual de despesas, com base na inflação, e que corre risco de não funcionar já em 2019.

A mudança do teto é defendida por políticos de vários partidos incomodados com as restrições impostas. Outro problema a ser enfrentado é o cumprimento da regra de ouro, um dos pilares da política fiscal também prevista na Constituição que impede a emissão de dívida pelo governo para pagar despesas correntes, como salários e aluguéis.

O problema é que com os rombos seguidos nas contas públicas a regra não deve ser cumprida em 2019 e o governo prevê a necessidade de um crédito extraordinário bilionário para o seu cumprimento em 2019.

A equipe econômica ainda defende a necessidade de congelamento do reajuste dos servidores públicos em 2019. Pelas novas projeções, o Brasil pode conviver por um tempo ainda maior com as contas públicas no vermelho. A previsão oficial atualmente é que as despesas continuem superando as receitas do governo até 2021.

‘Situação fiscal é muito frágil na região’

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

Não é só o Brasil que vive dias difíceis nas contas públicas. Os problemas fiscais se espalharam pela América Latina após um período de ganância. “A situação fiscal é muito frágil. É um grande desafio macro que a região enfrenta hoje”, diz Carlos Végh, economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe. O uruguaio alerta ainda que outro problema aparece diante dos juros em alta nos Estados Unidos: vários países devem enfrentar o dilema entre subir o juro para proteger a moeda ou manter taxas baixas que ajudam o crescimento.

Como está hoje o quadro fiscal dos países da América Latina?

A situação fiscal é muito frágil. É um grande desafio macro que a região enfrenta hoje. Pense que 31 entre 32 países tiveram déficit nominal em 2017 (a Ilha Granada foi a única com resultado positivo), 53% deles (17) com déficit primário. A dívida é também alta para países em desenvolvimento. O fato é que os déficits fiscais continuam a alimentar a dívida dos países da região, que está agora em 57,6% do PIB.

O relatório mostra que a situação fiscal é pior nos países da América do Sul do que no México, Caribe e América. Por quê?

O déficit fiscal médio para a região é de 2,4% do PIB. Mas na América do Sul é 4%, mais que o dobro que em México, Caribe e América (1,9%). O fato é que muitos países desse último grupo mostram um superávit primário, o que é mais raro entre os da América do Sul. Vários fatores contribuíram para a deterioração fiscal na América do Sul. Mas a maioria dos governos não conseguiu poupar o suficiente durante a “Década de Ouro” de 2003 a 2012, quando os preços das commodities eram extremamente altos e, em vez disso, gastavam a maior parte do lucro. Alguns dos gastos foram sem dúvida importantes para melhorar as condições sociais. Mas um princípio fundamental das finanças públicas é que as despesas permanentes só devem ser financiadas por aumentos permanentes em receitas. Aumentar gastos permanentes com receitas temporárias certamente semeou os problemas fiscais futuros. Há pouca dúvida de que os países devem se engajar em ajustes já.

Qual o custo do ajuste?

O custo do ajuste feito com choque é muito maior. Nossa recomendação é que ele seja gradual. Isso não significa não fazer ajuste fiscal. Você sabe que as pessoas na Argentina atribuem a situação atual à decisão do presidente Macri de fazer um ajuste fiscal gradual em vez de um choque. Acho que foi uma escolha correta da parte dele. O que está acontecendo na Argentina não é resultado de ter havido ajuste fiscal gradual ou choque. É basicamente não ter um ajuste fiscal.

Os argentinos não estão fazendo ajuste?

Não. O problema não é o ajuste gradual. É a falta dele. Agora, com o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), eles têm uma agenda para reduzir o déficit fiscal de maneira bem gradual.

E nos outros países como está a situação?

Alguns países estão fazendo ajustes fiscais graduais e sérios, como Colômbia, México. E outros países claramente precisam fazer mais.

Qual o risco do aumento dos juros nos EUA?

A normalização da política monetária finalmente está aqui após três anos se ouvindo falar dela. Isso significa que o dólar ganha força e fará com que aumente o custo de crédito dos países da América Latina. Entramos no que chamamos de dilema de política monetária que a maioria dos bancos centrais da região vão enfrentar. Como as moedas ficarão mais fracas, em geral a economia começa a crescer mais devagar. Então, se tem o grande dilema: devo aumentar a taxa de juros para se defender apesar do possível custo para a economia?

Os países estão passando por esse dilema agora?

Isso tem sido a história da América Latina nos 20 ou 30 anos. O dilema: o que você faz? Aumenta a taxa de juros para se proteger ou você faz como o Chile que tem baixa taxa de juros. Eles dizem, no Chile, que não há problema com a depreciação (cambial) de 10% ou 15%. O país tem muita credibilidade, o capital não vai sair do país e eles optam por manter a taxa de juros baixa para estimular a economia, mesmo se houver um pouco mais de depreciação. Se você olhar as evidências, a maioria dos demais países, como México, Brasil, Uruguai e Argentina, escolhem defender a taxa de câmbio aumentando os juros.

O que o sr. acha que vai acontecer no Brasil?

É difícil dizer. Todo banco central define qual deve ser a sua prioridade. Mas não há dúvidas de que nos próximos seis, oito meses ou talvez mais, muitos bancos centrais vão enfrentar esse dilema. Olhe o México. Eles tinham plano de reduzir a taxa de juros. Mas, por causa do Nafta, das incertezas políticas e outros fatores, eles decidiram aumentar. Eu acho que os bancos centrais vão literalmente, de reunião em reunião, enfrentar essa situação.

Está faltando credibilidade para esses países?

Não acho que é falta de credibilidade. É mais um ambiente externo difícil. Há incertezas políticas em muitos países. Há incerteza em relação à normalização monetária nos EUA e agora vai começar na Europa. Especialmente no front monetário, a maioria dos países está fazendo um trabalho bom. Pense no fato

de que a taxa de inflação média, excluindo Venezuela, está em torno de 3%. Isso é inacreditável. A taxa média de inflação era em torno de 200% nos anos 90. Os bancos centrais vão fazer o que acharem que é o melhor e minha aposta é que eles vão fazer o que é certo. A parte fiscal é um pouco mais frágil. Na Argentina, é claro, Uruguai também...

No Brasil também?

Sim. No Brasil também.

Obra parada tem custo extra para o governo **O Estado de S. Paulo - 25/06/2018**

As milhares de obras paradas no Brasil limitam o crescimento econômico e também impõem custos extras para o governo, que precisa manter a integridade das instalações iniciadas. Em junho do ano passado, por exemplo, a estatal Valec, que administra projetos ferroviários, foi obrigada a contratar duas empresas de segurança para resguardar os investimentos feitos em dois lotes da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol), na Bahia. Na época, os trechos estavam parados.

Os contratos para 20 seguranças armados no local custaram à empresa quase R\$ 2 milhões por 12 meses. Os dois lotes foram paralisados por causa da rescisão com as construtoras envolvidas por descumprimento de contrato. Num deles, a estatal já refez a licitação e a expectativa é que as obras sejam retomadas em julho. No outro lote, ainda não há previsão para retomada das obras.

Brasil afora há inúmeros projetos paralisados por descumprimento de contratos, seja pela falta de pagamento do governo ou por problemas financeiros das construtoras. O Instituto Federal de Sergipe (IFS), por exemplo, tem investimentos de mais de R\$ 37 milhões paradas por rescisão contratual (a empreiteira reclama inadimplência e o IFS nega). Isso inclui a construção dos prédios administrativo da reitoria; do Câmpus Aracaju (biblioteca, auditório e estacionamento); do Câmpus de Nossa Senhora da Glória; e do Câmpus de Propriá.

O instituto afirmou que aguarda a liberação de recursos do Ministério da Educação (MEC) para retomar as obras. Outro projeto interrompido no Estado é a construção do Hospital do Câncer de Sergipe, que está em processo para realização de nova licitação. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, a empresa vencedora da licitação anterior não atendeu às exigências e teve o contrato rescindido.

Em nota, o diretor de Infraestrutura e Suprimentos da secretaria, Edwards de Oliveira, disse que o governo está empenhado em construir o hospital, mas que a licitação não é simples. “É, na verdade, uma obra de grande envergadura e complexa.” Por isso, não há previsão para concluir a licitação da obra, de cerca de R\$ 60 milhões.

Apenas no Estado de Sergipe calcula-se que haja mais de 3 mil obras paralisadas, afirma Claudio Frischtak, responsável pelo estudo Impacto Econômico e Social das Obras Públicas, encomendado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Ele destaca que são obras de menor valor, mas que representam grandes prejuízos para a população.

Saneamento. Exemplo disso, segundo o levantamento, é que as obras paradas nos três municípios com os piores índices de saneamento no País – Ananindeua (PA), Nova Iguaçu (RJ) e Jaboatão dos Guararapes (PE) – implicam o dobro de gastos com saúde. As cidades têm projetos inacabados no valor de R\$ 147 milhões enquanto os custos com internações e afastamento do trabalho por doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti* somam R\$ 300 milhões. Em todo o País, o custo das doenças transmitidas pelo mosquito foi de R\$ 2,3 bilhões em 2016. Estima-se que haja mais de R\$ 17 bilhões de obras no setor paradas, segundo o estudo.

Na área de educação, diz Frischtak, a paralisação de obras de creches representa perda anual de mais R\$ 420 milhões na renda das famílias. Se consideradas as metas do Plano Nacional de Educação para 2024, o impacto negativo na renda anual das famílias sobe para R\$ 3 bilhões.

Em São Paulo, cidade mais desenvolvida do País, há, pelo menos, seis Centros Educacionais Unificados (CEUs) parados, sem previsão de retomada. A maioria deles foi iniciada na gestão de Fernando Haddad na prefeitura paulista, que contava com recursos federais para construir as unidades.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, a gestão anterior não conseguiu fechar o convênio para as obras, iniciadas em 2016 e paralisadas em seguida. Hoje, esses centros estão abandonados, com as instalações se deteriorando e virando área para descarte de lixo. “A Prefeitura retomou em 2017 os contatos com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no intuito de garantir verbas federais para essas obras, e as tratativas seguem em curso.”

Na avaliação do presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Carlos Eduardo Lima Jorge, um dos maiores indutores da paralisação de obras no Brasil é exatamente a falta de planejamento orçamentário para os projetos. Ele explica que muitos empreendimentos começam a ser construídos sem recursos assegurados. Ou seja, o projeto tem início e, no meio do caminho, o governo descobre que não tem dinheiro para concluir. Aí paralisa tudo até conseguir mais recursos – resultado de outro problema crônico no Brasil: a falta de planejamento, diz o executivo.

Balanço. Segundo o Ministério do Planejamento, das 7.439 obras incluídas no Programa Avançar, lançado no ano passado para retomar obras paradas, 24% haviam sido concluídas até o fim do primeiro trimestre. O resultado é considerado positivo pelo governo.

Avanço da solidez externa não barra volatilidade

Valor Econômico - 25/06/2018

A alta volatilidade da taxa de câmbio nos últimos dois meses contrasta com o fato de que os indicadores de sustentabilidade das contas externas do Brasil não só continuam fortes como melhoraram no último ano.

De acordo com dados do próprio Banco Central, índices como a relação entre reservas internacionais e dívida externa, entre reservas e o serviço da dívida, ou ainda a razão entre a posição credora externa do país e as exportações de bens e serviços, entre outros divulgados pela autoridade monetária, mostram ainda maior solidez do país quando se compara com um ano antes, ou até com os últimos três anos.

Nesses períodos, dois fenômenos simultâneos ocorreram: a queda na dívida externa, sobretudo de longo prazo, e o aumento das reservas internacionais sobretudo pelo maior rendimento das aplicações desse colchão que o Brasil tem - desde 2012, o Banco Central não compra dólares em mercado. Além disso, também houve incremento no volume de exportações de bens e serviços, que são fontes de entrada de dólares para o país, o que também diminui a restrição externa.

Assim, a razão reservas/dívida externa bruta passou de 111,9% em 2016 para 115,9% em março do ano passado e chegou em abril deste ano, o número mais recente, a 120,3%. Quanto maior essa relação, menor o risco de insolvência. Atualmente, as reservas estão mais de 20% acima de toda a dívida de empresas, pessoas e do governo.

Já a relação entre as reservas e o pagamento de juros e encargos da dívida externa subiu de 302,4% em 2016, para 307,2%, em março de 2017, e chegou em abril deste ano a 391,4%. Em outras palavras, o país tem reservas suficientes para pagar hoje quatro vezes todo o encargo da dívida externa. Há um ano e meio, essa relação era de três vezes.

A situação externa sólida do país tem sido recorrentemente citada pelas principais autoridades econômicas brasileiras, em especial o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, quando comentam a volatilidade no mercado de câmbio e alertam para os exageros registrados nesses movimentos.

Normalmente, Guardia e Goldfajn apontam simplificarmente que o país tem reservas elevadas, atualmente na casa de US\$ 380 bilhões, e um baixo déficit em conta corrente, que são a base dos demais indicadores de sustentabilidade do país no lado externo.

É verdade que os movimentos recentes no mercado brasileiro estão relacionados também à maior incerteza mundial, por conta do processo de alta dos juros nos Estados Unidos. Mas a volatilidade no mercado brasileiro tem sido agravada também por fatores internos, como reconhecem fontes

governamentais, como as frustrações da atividade econômica, intensificada pela greve dos caminhoneiros, e o cenário eleitoral incerto.

Lastreado nos indicadores de solvência largamente favoráveis, o Banco Central tem sido agressivo na oferta de swaps cambiais, instrumento de intervenção no mercado futuro de câmbio que coloca o governo como ofertante de proteção cambial para o mercado. Essa estratégia de contenção da crise conseguiu retirar o dólar da fronteira dos R\$ 4, mas não eliminou a alta volatilidade da divisa americana e sua trajetória de alta.

Antônio Corrêa de Lacerda, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista em contas externas, afirma que há um "paradoxo" entre a situação externa do país, cujos indicadores há muito tempo estão sólidos e têm melhorado, e a volatilidade exacerbada da taxa de câmbio.

Na visão de Lacerda, apesar de o Banco Central estar correto em atuar no mercado por meio de swaps, e avisar que pode também atuar no mercado à vista, é necessário também se considerar medidas de natureza regulatória, que limitem o fluxo de capitais meramente especulativos, que hoje distorceriam a formação de preços e prejudicariam o bom funcionamento da economia.

Uma fonte do governo disse ao Valor que a volatilidade cambial brasileira reflete uma disfuncionalidade no mercado de dólares local, cuja formação de preço está muito mais pautada pelo segmento de derivativos (futuros) do que pelo segmento à vista.

Na visão desse interlocutor, seria importante o Banco Central atuar para ampliar o número de participantes do mercado à vista, inclusive permitindo atuação mais forte e direta de exportadores, e torná-lo mais relevante para a definição do preço do mercado.

"O mercado futuro deveria ser o preço à vista mais uma taxa de juros, mas no Brasil ocorre o inverso, o preço à vista é o valor no futuro, sujeito a uma série de incertezas, descontada uma taxa de juros", disse a fonte.

‘Menos de 10% das empresas já completaram ciclo da digitalização’

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

8,08%

Em visita ao Brasil na semana passada, Jorg Ganmm, sócio da consultoria Bain & Company na Alemanha, se reuniu com executivos do setor automotivo para avaliar projetos de migração para a Indústria 4.0, ou transformação digital.

Como está o processo global rumo a essa nova revolução industrial?

Ainda tem muito a avançar. Estudo da Bain indica que menos de 10% das empresas já completaram o ciclo de transformação digital. Há iniciativas isoladas, em alguns setores, mas o processo tem de ser sistemático, envolver todos as áreas. As empresas que estão à frente desse processo crescem 50% mais rápido e são 30% mais rentáveis que os concorrentes.

Que empresas estão mais avançadas?

Eu citaria como exemplos Amazon, Google, Tesla e Adidas.

Como se tornar uma Indústria 4.0? Tem de investir anualmente de 2% a 5% das receitas em inovação digital para ser competitivo no futuro.

O retorno do investimento é rápido?

É preciso ter em mente que o retorno demora. Nos casos de inovação na área de prestação de serviços pode levar de 5 a 10 anos. Mas é preciso começar a investir já para não ficar muito atrasado. Um exemplo é que grandes empresas de car sharing (compartilhamento de carros) que atuam há três anos na Alemanha ganharam quase zero até agora.

E o retorno para a indústria?

Em operações produtivas o prazo cai para 3a 5 anos , com ganhos entre 15% e 20% com redução de custos.

Como está o processo nas montadoras brasileiras que o sr. vai visitar? Várias delas estão anunciando planos de investimento e esta é a oportunidade de pensar o que pode ser digitalizado. Há iniciativas, mas precisa agir sistematicamente. O setor pode liderar esse processo porque é relevante, faz altos investimentos, tem escala e acesso a esse tipo de tecnologia.

Como fica o emprego?

Em um primeiro momento, não são esperadas demissões com a digitalização, mas uma mudança de funções, com benefícios maiores aos trabalhadores, que serão mais qualificados, e aumento da produtividade. Se não houver o avanço digital, as empresas podem migrar para outros países. Diretamente não. Mas devem criar condições para a modernização facilitando o treinamento de trabalhadores, padronizando as tecnologias e melhorando a infraestrutura.

PIB perde força, mas deve ser positivo no 2º tri, diz FGV

Valor Econômico - 25/06/2018

A greve dos caminhoneiros tirou força de uma economia que já vinha perdendo ritmo, mas apesar do tombo de maio, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ainda deve ser positivo no segundo trimestre, afirma a economista Silvia Matos,

coordenadora do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). "A economia brasileira continua sobrevivendo aos choques", diz.

O Ibre ainda espera mais dados, mas vê o produto crescendo entre 0,3% e 0,4%, de uma projeção atual de 0,7% sobre o primeiro trimestre, feito o ajuste sazonal. Há quem aposte em retração. "Estamos no grupo dos mais positivos", diz Silvia. O motivo seriam os indicadores econômicos de abril, que foram muito bons, e uma reversão da queda de maio em junho, especialmente na indústria. "As perdas devem ser revertidas na mesma medida. A prévia da sondagem [da indústria em junho] foi relevante para essa percepção", diz Silvia, que estima queda de 9% na produção industrial do mês passado, ante abril, feito o ajuste sazonal.

Outro motivo que mitiga o pessimismo é a previsão do varejo ampliado em maio, que de queda de 5% passou para recuo de 3% após a divulgação do índice Cielo, que subiu 3% sobre o mesmo período de 2017, descontada a inflação, apesar da greve. Em termos nominais o crescimento foi de 4,6%. Segundo a Cielo, o varejo iniciou muito bem o mês, o que compensou a queda no final do período.

"Os dados indicam que maio foi ruim, mas não um desastre. Abril foi muito bom e deve haver reversão em junho, então podemos ter um PIB fraco, mas positivo. Mas poderia ser melhor". Silvia espera mais dados de junho para calibrar melhor as projeções do trimestre e do ano, cuja previsão caiu de 2,3% para 1,9%, taxa também com viés de baixa.

Um dos componentes do PIB que já andava mal antes da greve e deve continuar assim é o investimento. O Ibre-FGV tinha uma visão conservadora, de crescimento de 5% no ano, e agora a projeção passou a 4%, com viés de baixa. Para o segundo trimestre, a previsão é de queda de 1,5%. "A incerteza eleitoral, o câmbio desvalorizado, a curva de juro longo em alta, mesmo antes da greve, afeta muito esse setor", afirma.

Não apenas a greve dos caminhoneiros freou as expectativas, mas a grande incerteza quanto à agenda fiscal dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas tiram o ímpeto de investimento do setor privado. "Acho que o mercado, principalmente, antecipou o mau humor com os candidatos que estão na frente", diz a economista. É este cenário interno que tem afetado o câmbio, por exemplo, diz.

A nova edição do Boletim Macro aponta para o risco uma crise de confiança, com um aumento ainda maior do custo de financiamento do setor público, o que tornaria a dívida insustentável. Sem medidas para afastar esse risco, o ajuste seria feito via inflação. Para Silvia, o mercado anteciparia esse momento, o que obrigaria o Congresso a tomar posições que veio adiando até agora. "Isso a sociedade não tolera mais, levaria a uma perda de popularidade. O Congresso é conservador e tomaria posições" para evitar uma situação-limite

como essa, acredita Silvia. "A gente gosta de flertar com o abismo, mas o Congresso é suscetível à economia".

No front externo, o Ibre não vê um cenário mais adverso do que o atual. No boletim, o economista José Júlio Senna avalia que o cenário internacional não deve evoluir para um quadro de inflação e juros mais altos, que seria pior para os emergentes. Nos EUA, as expectativas de inflação bem comportadas e a redução do poder de barganha dos trabalhadores podem amenizar o impulso fiscal dos próximos anos. "Mas estamos num período turbulento por causa da guerra comercial que é ruim para todos. De qualquer forma, não se pode ficar à espera de uma melhora no cenário externo para resolver nossos próprios problemas", diz Silvia Matos.

Desigualdade cresce e país busca 'salvador da pátria', diz Neri

Valor Econômico - 25/06/2018

A alta polarização política, o aumento da desigualdade social e o abandono de reformas fundamentais delineiam um quadro de "incerteza máxima e gravidade", sobre o qual, segundo o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, não há uma percepção geral clara da real extensão. "Quando a sociedade se divide entre vencedores e perdedores, quem vence leva tudo. E para o outro lado, sobra pouco. O ideal seria que todos cedessem em algo", alerta o economista, ao se referir ao atual jogo de forças, em que as pessoas, acompanhando lideranças políticas, se posicionam entre quem está à direita e à esquerda, fragmentando interesses sociais. Para ele, o brasileiro, em maioria, está confuso e compreende pouco a importância das mudanças imperativas. Entre as quais, reformas que garantirão o equilíbrio da economia, como a da Previdência: "Muitos estão à espera de um salvador da pátria".

A frustração com essa expectativa, no entanto, pode ser o próximo capítulo, já que os recursos financeiros disponíveis ao Estado estão escassos. Neste cenário, medidas populistas ficam limitadas por um lado, ganhos sociais alcançados são cada vez mais ameaçados, e medidas meramente paliativas, como a liberação recente dos saques do PIS/Pasep, não produzirão efeitos significativos para a atividade econômica, na visão do especialista.

Um dos principais estudiosos do fenômeno da ascensão das classes D e E para a classe C no período de bonança econômica que antecedeu a pior recessão já enfrentada pelo país, entre 2014 e 2018, Neri vê com desânimo a desintegração de conquistas que haviam sido feitas. "A desigualdade no Brasil aumentou muito, e entre 2015 e 2016, ainda há um elo perdido, porque o IBGE mudou a metodologia da Pnad. São dois mundos diferentes. É preciso entender que, ao cuidar dos pobres, você faz bem aos pobres, mas também à economia". Neri deixa claro que não defende medidas populistas, mas tampouco esconde estar pessimista com o momento. "Estamos perdendo algo".

"Em anos eleitorais, é fato que a economia anda mais por meio de medidas oportunistas. Desde 1982, é assim. É um ciclo político. Historicamente, a renda cresce em anos eleitorais e cai nos anos pós-eleitorais". Para ilustrar, Neri aponta acompanhamento que faz: de oito anos eleitorais dos quais dispõe-se hoje de dados comparáveis, houve aumento de renda em todos os oito anos de pleitos. Para anos pós-eleitorais, a renda caiu em sete de oito anos eleitorais.

Ao mesmo tempo, as restrições fiscais tendem a delinear um ano eleitoral também mais atípico, embora já se vejam tentativas de uso dos poucos mecanismos ainda disponíveis, como o próprio pacote das medidas após greve dos caminhoneiros e a recente liberação dos saques do PIS/Pasep, que, lembra ele, é uma ação pontual, sem alcance de políticas públicas mais consistente. O economista observa que, diferentemente da decisão sobre o PIS, o pacote do diesel é uma medida perene e que deixa um passivo insustentável nos sentidos social, econômico e ambiental, já que subsidia um combustível poluente. "Nem beneficiará os pobres, nem é ambientalmente correto. É quase tão ruim quanto reduzir o IPI de automóveis no meio da crise", critica.

Quanto à liberação do PIS/Pasep, o diretor do FGV Social acha que a medida não produzirá grande diferença na expansão da atividade econômica. Ao se referir especificamente ao PIS - pago a trabalhadores formais da iniciativa privada que recebem até dois salários mínimos -, Neri explica que o efeito multiplicador no PIB dessa transferência social é menos abrangente, se comparado a um incremento do Bolsa Família.

Segundo ele, o impacto do PIS - destinado aos mais pobres - é maior que o efeito da liberação do FGTS, benefício que engloba trabalhadores celetistas de todas as faixas de renda. Mas a melhor forma de "fazer a economia girar", preconiza o especialista da FGV, seria mexer no Bolsa Família: "Com o abono, abre-se acesso com dinheiro que é do próprio trabalhador".

No ano passado, o governo usou o mesmo expediente para combater a crise e aquecer a economia. Entre as alterações que fez no FGTS, a Lei 13.446 permitiu o saque de contas inativas sem a carência de três anos exigida por lei, beneficiando quem pediu demissão até 31 de dezembro de 2015 ou que não conseguiu sacar os recursos da conta vinculada no caso de demissão por justa causa.

Um gráfico fornecido por Marcelo Neri mostra os impactos das transferências sociais por bases de distribuição distintas. Para cada real gasto pelo governo, o efeito multiplicador total sobre o PIB do FGTS adiciona R\$ 0,39 ao PIB; do abono do PIS, R\$ 1,06; e do Bolsa Família, R\$ 1,78.

"O reajuste do salário mínimo neste ano foi pequeno, algo que tem relação com o ano atípico, de aperto fiscal. Mas depois, em maio, o governo fez uma expansão do Bolsa Família", uma medida populista, recorda-se Neri. Às vésperas do Dia do Trabalho, o presidente anunciou aumento das parcelas do programa, com ganho de 5,67% (acima da inflação acumulada de julho de

2016 a março de 2018 - 4,01%) para os beneficiários. Já o salário mínimo teve seu menor reajuste em 24 anos, uma alta de apenas 1,81% (abaixo do índice de 2017 - 2,95%), passando de R\$ 937, em 2017, para R\$ 954, neste ano.

"Tivemos o ciclo do Bolsa Família, mas não do salário mínimo", demarca o economista. "Na minha opinião, é uma solução (a liberação do PIS) intermediária e improvisada. A Reforma da Previdência, operação que é necessária e vai ser dura, tem efeito de longo prazo e não foi feita", pontua Neri, embora não se surpreenda com a decisão e classifique a medida do governo como típica de anos que precedem sucessão.

Ele vê enormes esforços a serem feitos à frente, por exemplo para que as pessoas consigam entender que os problemas do sistema previdenciário são técnicos. A preocupação encontra correspondência em pesquisa divulgada na semana passada pela Fenaprev sobre a Reforma da Previdência no ambiente pré-eleitoral. Pela sondagem encomendada ao Instituto Ipsos - feita em 72 municípios, em abril -, 43% dos brasileiros acham que a reestruturação da aposentadoria pública é necessária, embora 51% avaliem que o modelo é sustentável e 75% associem os problemas de equilíbrio do sistema à corrupção, uma das preocupações de Neri. "Não podemos subestimar o alto grau de confusão de pensamento", diz.

Outro ponto que merece atenção, segundo o economista, são ideias que surgem para suprimir conquistas do trabalhador, como a que cogitou o fim do próprio abono do PIS/Pasep, que teve sua continuidade ameaçada como forma de pressão do governo para aprovar a reforma da Previdência: "Temos que ir com cautela para não destruir coisas que prestam serviço ao trabalhador e ao país".

Ele concorda que o quadro pré-eleitoral se agravou pelas adversidades, embora mais pela má administração delas - a greve dos caminhoneiros é o mais grave. "Mas o que me preocupa, na verdade, é que algumas políticas são adotadas sem avaliação mais aprofundada dos impactos e sem estratégia", diz Neri, ao falar do acordo fechado pelo governo para dar fim à paralisação.

O economista ressalta três aspectos que, de forma não construtiva, norteiam esse futuro. "O primeiro é que o governo estabeleceu um teto (Emenda Constitucional 95, editada para conter a expansão dos gastos públicos), mas abandonou o barco e não fez as reformas. Essa foi a primeira derrota, porque aumentou muito o nível de incerteza. Depois, tem esse ciclo político, que, neste caso, deixará consequências graves no longo prazo. Por fim, vem a atuação do Planalto, que se comprovou fraca ao tentar colocar fim à paralisação dos caminhoneiros", conclui.

Para Neri, o atual ciclo político produzirá consequências com nível de complexidade maior ou menor, no sentido de haver ambiente para a governabilidade plena, a depender do que ocorra nas eleições.

Apenas 1% das multas aplicadas pelo Cade são usadas para reparar danos

Valor Econômico - 25/06/2018

Apenas 1% dos mais de R\$ 2 bilhões arrecadados com multas impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e outros órgãos públicos desde 2012 tiveram como destino a reparação de danos causados aos direitos difusos, como previsto pela lei. A quase totalidade dos recursos foi usada para "engordar" o resultado primário até 2013 e a abater parte do déficit nos exercícios seguintes.

Isso significa que projetos de combate à exploração sexual, de preservação do ambiente e da promoção dos direitos do consumidor em pequenas cidades, dentre outros, não tiveram recursos repassados pelo governo apesar de terem sido apontados como prioritários pelo Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos (FDD).

O aterro sanitário de Itapetininga (SP) é um exemplo de como a prática afeta diretamente a vida da população. O lixão foi desativado e coberto com uma camada de solo argiloso pela prefeitura por conta das exigências da Lei de Resíduos Sólidos. Apesar disso, o chorume gerado no local começou a vazar para uma lagoa próxima, contaminando a água e o solo. Por conta disso, uma empresa recebe R\$ 220 mil por ano para retirar 600 mil litros de chorume por mês da lagoa.

O problema poderia ter sido resolvido em 2014, quando o conselho curador do FDD decidiu destinar R\$ 390 mil para encerrar o aterro sanitário. O convênio não foi fechado devido ao contingenciamento de recursos do fundo. O FDD é de natureza contábil, ou seja, os recursos não estão financeiramente apartados na conta única do Tesouro. Os valores revistos para gastos pelo fundo podem ser cortados quando a União precisa economizar.

Por meio da Lei de Acesso à Informação, o Valor obteve a lista de projetos prioritários que não foram conveniados devido ao corte de gastos desde 2012. Na lista estão projetos de combate ao trabalho escravo no Tocantins e no Pará e de proteção ao ambiente na Amazônia, entre outros. De acordo com o relatório de gestão do FDD, 136 projetos foram definidos como prioritários entre 2012 e 2017, no período, mas apenas 54 foram executados.

O FDD é vinculado ao Ministério da Justiça e que tem como objetivo atuar "na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo", como aponta a lei que o rege. A maior parte da sua arrecadação vem das multas e contribuições impostas pelo Cade. Em 2016, dos R\$ 775 milhões que entraram no FDD, R\$ 694 milhões vieram de punições aplicadas pela autoridade antitruste. O restante vem, por exemplo, de multas impostas pela Justiça.

Com o aumento de casos julgados pelo Cade, cresceram os recursos que entraram no FDD. Eles passaram de R\$ 57 milhões em 2012 para R\$ 694 milhões em 2016. No período, o FDD recebeu R\$ 2,040 bilhões. O repasse de recursos para projetos de reparação de danos difusos não tiveram a mesma trajetória. O FDD destinou R\$ 3,4 milhões a projetos em 2012. Em 2016, foram pagos R\$ 600 mil. Entre 2012 e abril de 2017, foram R\$ 21,1 milhões. O restante, R\$ 2,019 bilhões, ficou com a União.

As multas que empresas pagam por terem participado de cartéis, por exemplo, acabam não servindo à reparação dos danos causados à sociedade pelo crime. O problema é apontado no relatório de gestão do FDD. "O contingenciamento financeiro sistemático ano após ano vem reduzindo o número de projetos apoiados, que está aquém do ideal tomando-se por base a relação entre recursos aplicados e arrecadação do fundo", diz o documento.

Quando o Conselho Gestor do FDD seleciona projetos, ele elabora uma lista de iniciativas prioritárias. Alguns projetos são executados, outros são vítimas do contingenciamento e não recebem nenhum recurso. Procurado, o Ministério da Justiça e o FDD não quiseram se pronunciar.

O professor de direito da Universidade de Brasília (UnB), Othon de Azevedo Lopes, acredita que esse é um artifício encontrado pelo governo para burlar a obrigação de gastos do FDD. "A obrigação de gastos existe, mas é burlada. O contingenciamento é artifício para burlar a obrigatoriedade."

O Ministério do Planejamento ressaltou que "os recursos não utilizados pela unidade durante o exercício financeiro não deixam de constituir patrimônio do Fundo, sendo contabilizados como superávit financeiro do FDD apurado no balanço patrimonial do ano anterior". Esse estoque "não se confunde com o orçamento anual, que é fluxo, elaborado ano a ano, com base nas receitas previstas e despesas fixadas".

BC e Tesouro intensificam atuação para prover liquidez Valor Econômico - 25/06/2018

O Banco Central (BC) e o Tesouro Nacional seguem com as atuações nos mercados de câmbio e de títulos em uma semana de eventos relevantes na agenda doméstica. Além dos leilões de swap cambial, o BC expandiu o escopo de atuação, a partir de hoje, com leilão de linha com compromisso de recompra de US\$ 3 bilhões.

Com esse tipo operação, o BC oferta liquidez no mercado à vista de câmbio, algo que não acontecia desde o fim de março. A operação pode servir para atender uma eventual demanda por dólares para remessas para fora do país. A entrada do BC também pode ser um sinal da pouca disposição dos bancos nacionais em ofertar dólar à vista no mercado local. Os bancos aproveitaram o fluxo positivo de dólares no ano para zerar sua posição vendida em moeda americana.

A oferta pode ajudar também a corrigir possíveis distorções no mercado de cupom cambial (juro em dólar), que a própria intervenção do BC alimentou, de acordo com profissionais de mercado. O cupom é calculado a partir dos juros sobre a variação cambial esperada. A oferta de swap pressiona o cupom cambial, já que o BC se torna tomador de juro na divisa americana. Já o leilão de linha aumenta a diferença entre o dólar à vista e o dólar futuro, ampliando esse denominador. "Não parece ser tanto por falta de liquidez no sistema, mas para reduzir a pressão no cupom", disse um profissional que pediu para não ser identificado.

O ajuste vem num momento em que o BC dá sinais de que pode desacelerar o ritmo de ofertas diárias de swap, embora continue marcando presença no mercado em períodos de maior necessidade. Na sexta, o BC anunciou a continuidade dos leilões de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro, mas não se comprometeu com volumes específicos. Na semana anterior foram colocados US\$ 5 bilhões, metade da estimativa do próprio BC.

No mercado de títulos, o Tesouro Nacional continuará com os leilões de compra e venda, que buscam dar referência de preço aos agentes de mercado. Serão feitas ofertas de prefixados (NTN-F e LTN) e de NTN-B com diversos vencimentos. O Tesouro informou que poderá fazer atuações adicionais caso veja necessidade.

Num sinal de que ainda não avalia que os preços de mercado estão condizentes com os fundamentos econômicos, o Tesouro não fará os tradicionais leilões de venda de títulos que ocorrem às terças e quintas-feiras. O Tesouro dispõe de um colchão de liquidez de cerca de R\$ 570 bilhões, o que permite ficar de fora do mercado sem deixar de honrar compromissos.

Amanhã, sai a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) e também a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a meta de inflação de 2021. Já na quinta-feira, o BC detalha as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Relatório de Inflação (RI) e apresenta sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, atualmente em 2,6%, que parece defasada com relação à avaliação de retomada ainda mais gradual da atividade depois da greve dos caminhoneiros.

Na ata do Copom e no Relatório de Inflação (RI), que contará com entrevista do presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, os investidores vão buscar pistas sobre a trajetória futura da política monetária. O choque externo, evidenciado pela alta do dólar, e o impacto ainda incerto da greve dos caminhoneiros sobre a inflação e a atividade fizeram o BC adotar uma comunicação mais cautelosa sobre seus próximos passos. Em maio, o BC falava que a Selic poderia ficar em 6,5% por mais de uma reunião. Essa referência não existe mais e o mercado já começa a avaliar quando o ciclo de baixa poderá começar a ser revertido.

O risco, de acordo com profissionais de mercado, é que a crise dos combustíveis tenha impactos mais duradouros ou profundos que um choque primário. Para além dos ajustes econômicos, há preocupação com o fortalecimento do discurso populista, que tenderia a diminuir o compromisso dos presidenciáveis com a agenda reformista.

Em meio a um quadro de elevada instabilidade o CMN toma uma decisão relevante, mas que tem de ser lida fora do contexto atual da política monetária com foco e alcance na meta de 2019, de 4,25%. A definição da meta para 2021 será um importante aceno sobre a continuidade do processo de desinflação da economia no longo prazo. No ano passado, foi feita a primeira redução da meta em mais de uma década. Antes da atual onda de incertezas domésticas e externas uma redução da meta para 3,75% era tida como provável.

Financiamento a aquisições já passa de R\$ 40 bilhões **Valor Econômico - 25/06/2018**

Bancos brasileiros e estrangeiros fecharam grande volume de financiamentos a aquisições neste primeiro semestre. Transações como a compra da Fibria pela Suzano, na área de celulose, da Somos pela Kroton, em educação, e da Eletropaulo pela Enel, em energia, terão boa parte do pagamento financiada. Com investimentos em baixa e passivos renegociados, é essa modalidade que deve responder pela maior parte do crédito corporativo bancário este ano.

"O financiamento a aquisição voltou com força. Hoje há mais apetite dos bancos para empréstimos de prazos mais longos em que cabe uma operação dessas", diz Renato Ejnisman, diretor-executivo do Bradesco BBI. As transações anunciadas no ano até agora já representam mais de R\$ 40 bilhões em financiamentos e, nos cálculos de profissionais da área, a cifra pode quase dobrar rapidamente.

Uma das razões é o ritmo acelerado de transações. No acumulado do ano, até 21 de junho, o aumento do volume total foi de 12% em dólares, conforme levantamento da consultoria Dealogic, somando US\$ 25,43 bilhões. Em reais, a alta foi de 20%. "O volume de operações aumenta diretamente a necessidade de financiamento, especialmente em operações de grande porte", diz Hans Lin, diretor da área de banco de investimento do Bank of America Merrill Lynch no Brasil.

Para Ejnisman, do BBI, além da queda da taxa de juro no mercado local e da redução do prêmio de risco das companhias brasileiras na comparação com anos anteriores, também pesa a favor o fato de que as empresas-alvo estão menos alavancadas. "Como antes as empresas estavam mais endividadas, o financiamento vinha de brinde. E o cheque a ser pago pelas ações era menor", diz.

Além da demanda do lado das empresas, há um reforço considerável do lado da oferta. "O apetite de bancos estrangeiros e locais está muito grande, todos com liquidez e ávidos por transações com visibilidade. Juntou a fome com a

vontade de comer", diz Ricardo Leoni, diretor-executivo do J.P. Morgan responsável pela área de renda fixa. Esse apetite das instituições também se justifica pelo arrefecimento de outras modalidades de crédito, com a economia patinando. "Então a demanda que restou foi de financiamento a aquisições. Não só os bancos têm participado mais como tem até uma certa briga para financiar algumas operações", diz Miguel Queen, co-responsável pelo Corporate Banking do Citi Brasil.

A venda da TAG, o gasoduto da Petrobras na região Nordeste, em andamento, deverá ser a principal responsável por encorpar o número de financiamentos deste ano e é um dos alvos da cobiça de bancos. Estima-se que o cheque da compra seja da ordem de US\$ 8 bilhões. Hoje, a francesa Engie negocia o ativo com exclusividade e já tem financiamento arranjado com Bradesco, Itaú e Banco do Brasil. Mas ainda não está totalmente fechado. O Citi, que foi assessor da Engie, também quer entrar na estruturação de financiamento.

A compra da Somos pela Kroton, anunciada em abril, deverá ser financiada por uma emissão de debêntures de R\$ 5,5 bilhões. Os títulos irão a mercado, mas terão garantia firme de Itaú e Bradesco. As instituições não comentaram. Outra aquisição mereceu destaque no semestre, a compra da americana National Beef pelo frigorífico Marfrig. O pagamento de quase US\$ 1 bilhão conta com crédito de Rabobank e Bradesco, que deve ser quitado quando a Marfrig vender a controlada Keystone Foods.

Uma das disputas mais agressivas ainda em curso é no financiamento da compra da Fibria. A Suzano acertou com um consórcio de bancos estrangeiros duas linhas. Um empréstimo-ponte de US\$ 6,9 bilhões por três anos (mais longo que o habitual) e taxa de juro Libor mais 1,65% ao ano. E outros US\$ 2,3 bilhões em pré-pagamento de exportações com prazo de seis anos e taxa Libor mais 1,16%. Mesmo com a operação acertada, o Valor apurou que o Bradesco ainda tenta ficar com parte do financiamento de longo prazo e teria oferecido uma linha em reais mais swap cambial a uma taxa competitiva à Suzano. O banco não confirma. A intenção declarada da Suzano era alongar esse empréstimo-ponte com uma emissão de US\$ 5 bilhões em bônus no exterior.

Na agitada briga pela aquisição da Eletropaulo, bancos estavam tão ansiosos quanto as potenciais compradoras. O Santander já tinha assegurado o financiamento total para a Iberdrola e o Citi garantiu a proposta da Energisa. A vencedora, a italiana Enel, fechou um financiamento com três bancos. Somente o Credit Suisse deu uma linha de até R\$ 5 bilhões para a Enel Américas. "A companhia não tem a pressão de rating Brasil, então viabiliza uma transação com taxa mais barata", diz Bruno Fontana, responsável pelo banco de investimento do Credit Suisse. Ele diz que o banco tem apetite por esse tipo de estrutura porque faz um pacote de garantias, que inclui o ativo adquirido, e avalia ainda a capacidade de geração de caixa com a sinergia da empresa resultante.

Alberto Fernandes, vice-presidente do Itaú BBA responsável pelas áreas de corporate e banco de investimento, acredita que o fenômeno desse tipo de

crédito é pontual. "Não se trata de uma tendência. Isso se deu porque algumas transações grandes foram fechadas", diz.

Em sua avaliação, outras duas a quatro aquisições de porte podem ser financiadas até o fim de 2018, a depender do cenário eleitoral, enquanto o crédito para empresas, de forma geral, não está crescendo. "Portanto, não tenho dúvida de que esses financiamentos a aquisições representarão grande parte do crédito novo a empresas neste ano." O Itaú tem adotado uma postura mais conservadora. "Não temos apetite por tíquetes elevados, como no passado. Queremos pulverizar a carteira de empréstimos", diz.

Os bancos ressaltam que, quando boa parte das operações foi fechada, as condições de mercado estavam melhores. Segundo Fernandes, a volatilidade dos últimos dois meses está dificultando o acesso ao mercado de capitais. Um financiamento de aquisição tradicional é composto por um empréstimo-ponte que depois é substituído por uma operação de emissão de dívida doméstica ou internacional. "A parte de mercado de capitais, que se imaginava fazer mais rapidamente, terá que esperar. E os bancos estão vendo como acomodar isso em seus balanços", diz. Como os empréstimos-ponte têm prazo de dois a até três anos, não há um problema iminente.

Para Leoni, do J.P. Morgan, por ora a volatilidade não afetou o custo do crédito bancário, mas sim o mercado de capitais. "Até o pós-eleições, todas as aquisições que ocorrerem tendem a sair via empréstimos-ponte ou via balanço de banco, dado que as empresas não vão querer tomar risco de mercado de capitais com tanta volatilidade", corrobora Queen, do Citi.

Tesouro Direto completa 10º mês de saques

Valor Econômico - 25/06/2018

O Tesouro Direto, programa que permite a negociação de títulos públicos pela internet, completou em maio o décimo mês consecutivo com saques de recursos. Nesse período as retiradas superaram os ingressos em R\$ 3,116 bilhões. É a maior sequência de vendas líquidas da série histórica iniciada em 2005.

Desde o segundo semestre do ano passado, os investidores têm promovido o que pode ser visto como um movimento de realização de lucros, resultado da queda das taxas de juros, que elevou o valor nominal dos títulos.

No fim de maio e agora em junho, com o aumento da instabilidade nos mercados, o sistema ficou indisponível à negociação por diversos dias. A paralisação, segundo o próprio Tesouro, é uma forma de proteger o investidor da volatilidade do mercado que prejudica a formação de preço. Ontem mesmo, o sistema ficou suspenso em parte da manhã.

Em maio, as vendas do Tesouro Direto atingiram R\$ 1,246 bilhão, enquanto os resgates totalizaram R\$ 1,353 bilhão, resultando em saque líquido de R\$ 107 milhões. O estoque total - que inclui rendimentos - alcançou um montante de

R\$ 48,1 bilhões, aumento de 0,6% em relação ao mês anterior (R\$ 47,8 bilhões) e crescimento de 5,5% sobre maio de 2017 (R\$ 45,6 bilhões).

O título mais procurado pelos investidores foi o indexado à Selic (Tesouro Selic), cuja participação nas vendas atingiu 42,3% em maio. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) corresponderam a 35,4% do total, e os prefixados, 22,3%.

Em relação ao prazo de emissão, 24,4% das vendas no Tesouro Direto em maio corresponderam a títulos com vencimentos acima de dez anos. As vendas de títulos com prazo entre cinco e dez anos representaram 27,3% e aquelas com prazo entre um e cinco anos, a 48,3% do total.

Em maio foram realizadas 195.192 operações de venda de títulos a investidores. Segundo o Tesouro, a utilização do programa por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 5 mil, que correspondeu a 82,6%. O valor médio por operação em maio foi de R\$ 6.385,38.

No mês passado, 82.041 novos participantes se cadastraram no Tesouro Direto, elevando o número total de investidores ao fim do mês para 2.209.928, o que representa aumento de 54,3% nos últimos 12 meses. Já o número de investidores ativos, que são aqueles com operações na plataforma, chegou a 609.295, uma variação de 23,6% nos últimos 12 meses. Em maio, o acréscimo foi de 8.754 novos investidores ativos.

Com o aumento dos juros de mercado, quase todos os títulos disponíveis apresentaram variação negativa em maio, menos o papel atrelado à taxa Selic (alta de 0,28%). "Cabe esclarecer que os valores negativos são decorrentes do aumento nas taxas de juros de mercado ocorridas no período. Esse aumento de juros faz com que o preço dos títulos em 30 de maio de 2018 seja menor que o apurado em 30 de abril de 2018", destaca o Tesouro em nota, lembrando que, se carregados até o vencimento, os títulos pagam a rentabilidade acordada no momento da compra.

Na AL, Brasil fica com maior fatia dos investimentos e empréstimos da China

Valor Econômico - 25/06/2018

O Brasil é de longe o principal destino na América Latina dos crescentes investimentos e empréstimos chineses feitos desde a década passada, segundo relatório da Moody's Investors Service. De 2003 a 2016, a China direcionou à região US\$ 110 bilhões em investimentos diretos, dos quais US\$ 61 bilhões, ou 55%, tiveram a economia brasileira como destino. Já os empréstimos de instituições financeiras chinesas à América Latina somaram US\$ 222 bilhões de 2005 a 2016, dos quais 42% foram abocanhados pelo Brasil, apontam números compilados pela agência de classificação de risco.

Para a Moody's, o investimento chinês na região vai crescer nos próximos anos, estimulado pela alta qualidade das matérias-primas, pelas necessidades de infraestrutura e pela demografia favorável. A entrada de recursos da China "oferece oportunidades de crescimento especialmente para países pequenos, mas também riscos, como dívida mais alta e balança comercial mais fraca", aponta a agência.

Na visão da Moody's, o investimento chinês traz diversificação de financiamento para os países latino-americanos, mas, no caso de economias grandes como a brasileira, os projetos da China não devem dar um impulso significativo ao crescimento. No âmbito local ou estadual, porém, os recursos aplicados podem estimular o crescimento, a depender da escala das operações, pondera a Moody's.

O investimento da China dá às companhias não financeiras da América Latina mais opções para venda de ativos, parcerias ou financiamentos, principalmente nos setores de commodities e de energia, de acordo com a agência. Há diversos fatores que tornam a região atraente para o dinheiro chinês, como as baixas barreiras ao investimento direto, os ativos baratos, especialmente no Brasil pós-recessão, os recursos naturais abundantes e uma classe média crescente. "Mas nós não prevemos um grande aumento nos gastos de capital das empresas chinesas ou dos investimentos 'greenfield' [em negócios novos] na América Latina."

O relatório destaca a preponderância do Brasil como principal destino do que a China investe na região, dado o tamanho do país. A economia brasileira ficou com mais de 50% dos US\$ 110 bilhões investidos de 2003 a 2016 na América Latina. "Em anos recentes, coincidindo com a mais grave contração econômica em décadas, o governo brasileiro buscou ativamente investimentos chineses numa ampla gama de iniciativas de desenvolvimento em infraestrutura", observa a Moody's.

Em 2017, das 10 maiores aquisições na América Latina por empresas estrangeiras, nove foram no Brasil. Desse número, sete envolveram companhias chinesas, diz a agência, citando informações da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês). As operações ocorreram em setores como eletricidade, petróleo, agronegócio e transmissão de gás.

A Moody's nota que, embora os benefícios dos investimentos crescentes sejam "aparentes", também há riscos potenciais para os países. Um deles é que parte dos recursos investidos são acompanhados por empréstimos feitos pelos investidores. "Isso cria dívida", lembra a agência.

A América Latina também recebeu um volume significativo de empréstimos de instituições financeiras chinesas. De 2005 a 2016, foram US\$ 222 bilhões de financiamentos para a região, dos quais o Brasil ficou com 42%. Do total de US\$ 222 bilhões, US\$ 140 bilhões foram direcionados para empresas estatais e outras instituições "quase governamentais", além de US\$ 82 bilhões para

governos. Os empréstimos foram mais significativos especialmente entre 2012 a 2016, quando atingiram US\$ 155 bilhões. Nesse intervalo, a fatia brasileira do total foi ainda maior, chegando a 53%. A Venezuela ficou com 18%, o Equador, com 10%, o México, com 7% e a Argentina, com outros 7%.

Do ponto de vista setorial, metade dos financiamentos das instituições chinesas realizados entre 2005 e 2016 foi para o segmento de infraestrutura. Outros 34% se destinaram ao setor de energia, aponta o relatório.

"Os empréstimos chineses para governos e companhias estatais latino-americanos têm beneficiado especialmente os países com acesso limitado a financiamentos", diz, em nota, Marianna Waltz, diretora da Moody's para finanças corporativas na América Latina.

Ela ressalva, contudo, que a dependência de crédito "altamente discricionário" traz "elementos potencialmente adversos" para os perfis de crédito de alguns governos, como "maior nível de endividamento e balança comercial mais fraca, elevando o risco de refinanciamento".

A Moody's também trata do investimento da China no setor bancário no Brasil. Segundo a agência, o movimento reflete um "forte interesse" em estabelecer uma presença local para impulsionar o crescimento das empresas chinesas no país e aumentar o comércio entre as duas economias.

Pequenas empresas criaram 87% das vagas formais abertas em 2018

Valor Econômico - 25/06/2018

As micro e pequenas empresas (MPEs) foram responsáveis por nove em cada dez empregos formais gerados no país nos cinco primeiros meses de 2018. Os pequenos negócios brasileiros criaram 328 mil vagas de janeiro a maio, o que corresponde a 87% do saldo líquido de 367 mil postos de trabalho gerados pelo setor privado neste ano.

Conforme dados levantados pelo Sebrae, a partir dos microdados de maio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, as micro e pequenas empresas têm se mostrado uma espécie de motor da lenta recuperação do emprego formal no país, como era antes da crise.

Segundo Heloisa Menezes, presidente interina do Sebrae, os pequenos negócios seriam mais "enxutos e flexíveis", o que permitiria uma resposta mais rápida aos ciclos econômicos.

"Elas são as últimas a demitir, em cenários adversos, e as primeiras a contratar, quando ocorre uma retomada do crescimento", afirmou ela. "Em 2017, por exemplo, os pequenos negócios geraram 342 mil novos postos de trabalho no Brasil."

Isoladamente em maio, as micro e pequenas empresas registraram um saldo de 24.383 vagas geradas frente a abril, ao passo que as médias e grandes geraram 9.079 postos de trabalho. Três setores lideraram as contratações nas empresas de menor porte: agropecuária (23.376 contratações), serviços (10.907 vagas e mais) e construção (7.064).

"No caso da agropecuária, o desempenho é mais sazonal, dependendo das épocas de plantio e de colheita. Em maio especificamente, o que puxou as contratações nesse setor foram o cultivo do café e da laranja, além da pecuária", acrescentou a presidente interina do Sebrae.

Apesar de ainda positiva, a geração de vagas perdeu fôlego em maio, frente a abril. Nas micro e pequenas empresas, isso foi provocado especialmente pelo fechamento de postos de trabalho com carteira assinada na indústria de transformação (-7.858) e no comércio (-10.541), segundo o levantamento.

"A desaceleração provavelmente está ligada à greve dos caminhoneiros, que afetou diversas atividades econômicas", disse a presidente do Sebrae.

O órgão classifica as empresas como micro e pequenas de acordo com o setor em que elas atuam. Nos segmentos agropecuário, comércio e serviços são consideradas as empresas com até 49 empregados. No caso das indústrias extrativa, transformação e construção, leva-se em conta aquelas empresas que possuem até 99 funcionários.

Os dados do Caged foram divulgados na quinta-feira passada e mostraram que o país criou, no total, 33.659 vagas formais em maio. Esse número, no entanto, foi o menor saldo mensal registrado neste ano. A região Sudeste liderou a geração de empregos enquanto o Nordeste teve corte de vagas.

Grupo com diploma cresce 30% na crise **O Globo - 25/06/2018**

O grupo de pessoas com ensino superior cresceu 30%, para 22.935 milhões, quando se compara o primeiro trimestre de 2014 ao mesmo período deste ano. Passou do quarto para o terceiro maior grupo entre os níveis educacionais. Mas a entrada de jovens nas universidades poderia ter sido maior, avaliam representantes das instituições, se as famílias não tivessem perdido renda e o governo não tivesse reduzido os recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2015. Segundo especialistas, há dois efeitos a médio prazo. Primeiro, quando a economia reaquecer, haverá um novo apagão de mão de obra. Segundo, como o financiamento viabilizado pelo governo federal foi o que impulsionou a entrada de mais jovens nas faculdades no começo da década, a maior parte de baixa renda, há uma tendência de aumento da desigualdade — pois, quanto maior a formação educacional, maior o retorno financeiro do profissional.

— São os filhos de classes mais abastadas que podem fazer a educação básica em escolas particulares, de melhor qualidade, e, por isso, ficam com as vagas nas universidades públicas, de maior qualidade — resume Paulo Sardinha, presidente da ABRH-RJ.

Segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), o pico de contratos do Fies foi atingido em 2014, com 732 mil alunos. No entanto, somando-se o número de contratos fechados de 2015, quando o programa deixou de financiar 100% do valor do curso, até 2017, tem-se um montante inferior: 665 mil.

— Com a crise, estamos mais longe de cumprir a meta do Plano Nacional de Educação, que é ter, em 2024, 33% dos jovens entre 18 e 24 anos na faculdade. Para isso, é preciso que essa taxa de entrada cresça 8% ao ano. Mas, entre 2010 e 2016, a média anual ficou em 4% — diz Sólton Caldas, diretor-executivo da Abmes.

Rodrigo Capelato, diretor executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), afirma que, entre os jovens, prevalece o desânimo:

— Fizemos uma pesquisa com alunos da classe C, que saíram do ensino médio. Eles dizem que vão postergar a entrada na faculdade. Até os que tinham trabalho não queriam se comprometer com dívida, com medo do desemprego.

Nível superior garante emprego, mas renda cai **O Globo - 25/06/2018**

Indicador é metade da média nacional, de 13,1%. Mas grupo aceita salários menores

Um grupo de brasileiros conseguiu se blindar da recessão: o que tem diploma de ensino superior. Segundo dados do IBGE, no primeiro trimestre, enquanto a média nacional de desemprego ficou em 13,1%, a taxa para quem tem nível universitário foi de 6,6% — a única de um dígito. Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, diz que pesou o fato de a maior parte das demissões ter sido em cargos operacionais. Mas há outro ponto: muitos com diploma universitário aceitaram um salário menor. A renda média de quem tinha ensino superior foi uma das que mais caíram em quatro anos: 8%.

O diploma de ensino superior foi capaz de blindar brasileiros do desemprego durante a recessão. No primeiro trimestre deste ano, dado mais recente da Pnad Contínua, do IBGE, enquanto a taxa de desocupação média do Brasil estava em 13,1%, entre os trabalhadores com o mais alto nível de escolaridade a taxa era de apenas 6,6% — a mesma de Santa Catarina, estado que tem o menor índice entre as 27 unidades da federação. É a única que não ficou em dois dígitos no início de 2018. Por trás dessa blindagem, no entanto, há fatores que não escapam à precarização do mercado de trabalho imposta pela crise.

Segundo especialistas, boa parte dessa valorização ocorreu porque essa mão de obra qualificada, para não ficar sem emprego, aceitou ganhar um salário menor.

A renda média de quem tinha ensino superior foi uma das que mais caíram durante a crise, considerando-se os grupos por escolaridade. A queda foi de 8%, o que pode indicar tanto achatamento como desemprego e recolocação por salário menor, avalia Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE. Passou de R\$ 5.071 no primeiro trimestre de 2014 para R\$ 4.663 no mesmo período de 2018.

— Muitas empresas que terceirizavam mão de obra, inclusive qualificada, trocaram de contrato para reduzir custos, contratando outros trabalhadores por salário menor. A crise também levou muitas pessoas com ensino superior a empregos informais. Elas tiveram de se adaptar ao que havia no momento — analisa Dilza Taranto, coach de Recursos Humanos.

Paulo Sardinha, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos no Rio de Janeiro (ABRH-RJ), observa que a crise, nesse aspecto, foi um prato cheio para as empresas, pois era um mercado que sofria com falta de mão de obra qualificada e, de repente, viu a oferta aumentar e os salários médios caírem:

— Quem tinha ensino superior dava um passo adiante, mas dois para trás, porque pagou pedágio ao se recolocar, com salário mais baixo e menos benefícios. Também se beneficiaram pessoas com ensino superior completo, próximas dos 30 anos, que tinham uma experiência inicial e substituíram pessoas com salários maiores, que perderam seus postos. MBA, PÓS E MESTRADO AUMENTAM CHANCES Entre o primeiro trimestre de 2014 e o mesmo período deste ano, o grupo dos ocupados com o superior completo cresceu 25%, passando de 14,11 milhões para 17,66 milhões de pessoas, e a taxa de desemprego dessa faixa teve alta de apenas 2,5 pontos percentuais. Filha de uma empregada doméstica e de um motorista de transporte alternativo que não passaram do ensino fundamental, a psicóloga Bianca Oliveira dos Santos, de 25 anos, tem orgulho de ter concluído a faculdade, no fim do ano passado, apesar das dificuldades financeiras da família no momento mais crítico da crise.

— No meio da faculdade, cheguei a pensar em desistir. Pagava a mensalidade com meu salário de estagiária e só sobravam R\$ 20 para todo o resto: alimentação, transporte, material para as aulas. Como meus pais são autônomos, sofreram muito, porque não tinham trabalho, mas eles não deixaram eu desistir — conta Bianca, orgulhosa, ressaltando que é a segunda entre os três irmãos a conquistar o diploma. — Tenho 65 primos de primeiro grau. Só eu, minha irmã e meu irmão, que está cursando engenharia elétrica, fizemos faculdade.

Bianca fez dois estágios enquanto estudava. No segundo deles, em uma indústria de bebidas e alimentos, foi efetivada antes mesmo de concluir a

universidade, em agosto do ano passado. Ela acredita que pesaram, para sua contratação, tanto a reestruturação adotada pela empresa para reduzir custos como o fato de cursar a faculdade adequada para o cargo, de assistente de treinamento e desenvolvimento.

— Minha contratação não foi sorte. Eu substituí uma pessoa de nível sênior, que foi desligada e era formada em Administração. Tenho muitos colegas de universidade desempregados, tendo de se virar vendendo cosméticos ou dirigindo Uber — ressalta Bianca.

Sueli Fernandes, coordenadora de recrutamento e seleção da Fundação Mudes, reafirma a importância do diploma de graduação numa seleção de emprego:

— São jovens que venceram barreiras em tempos de cortes de financiamentos estudantis, o que abre oportunidades de especialização e pressupõe maior maturidade.

A coach Dilza acredita, no entanto, que, apesar de o IBGE não captar esses dados, a maioria daqueles que permaneceram empregados são pessoas que, após completar o ensino superior, investiram em MBA, pós-graduação ou mestrado:

— As chances de quem tem especialização são maiores. O profissional que conclui graduação e acha que pode ficar deitado em berço esplêndido sofre mais. É preciso se aprimorar.

Bianca segue esse caminho. Paralelamente ao emprego, é orientadora profissional em uma clínica aos sábados e pretende se especializar nesse segmento da psicologia:

— Hoje o mundo não permite parar de estudar. Vou investir em uma pós-graduação em terapia cognitiva e comportamental e conciliar a indústria com o consultório. E, com essa especialização, já posso pleitear uma promoção, passando de assistente para analista.

Azeredo, do IBGE, também observa que o grupo com ensino superior ficou mais protegido porque a maior parte das demissões, em números absolutos, foi de cargos operacionais: chão de fábrica, canteiro de obras, vendedores.

— Um bom profissional, com qualificação e experiência, tende a se manter ocupado, mesmo com o desemprego alto. Ele tem mais habilidade para empreender, mesmo que seja como motorista de aplicativo — explica.

Quando o mínimo entra na campanha

Correio Braziliense - 25/06/2018

A corrida ao Planalto começou, mas os pré-candidatos evitam tocar em um assunto espinhoso que não poderá ser ignorado na campanha: a regra de reajuste do salário-mínimo. A norma atual, em vigor desde 2007, expira em 2019. Portanto, o próximo presidente precisará deixar claro se manterá ou não a metodologia existente logo no primeiro ano de mandato. Essa fórmula é criticada pelos defensores do equilíbrio fiscal, porque ajudou a piorar as contas públicas, apesar de o piso salarial ainda ser muito baixo se comparado com outros países.

Criado em 1940, durante a ditadura Vargas, o mínimo é uma das maiores conquistas do trabalhador. Desde 2007, a regra de reajuste desse piso utiliza uma fórmula que considera a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de um ano antes mais a taxa de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. O INPC costuma ficar abaixo da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entretanto, como a conta inclui a variação do PIB, quando ele cresce, há aumento real do mínimo.

Hoje, o piso é de R\$ 954 e, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,5 milhões de brasileiros acima de 10 anos sobrevivem com o salário. Esse piso teve alta expressiva desde o início da nova regra e hoje é 151% superior aos R\$ 380, de 2007. A variação está acima da alta acumulada da inflação entre janeiro daquele ano e maio de 2018, de 90,5%, o que confirma o ganho real.

Um levantamento feito pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, entre 2000 e 2016, o mínimo brasileiro está entre os poucos que tiveram valorização acima de 100%, mas continua entre os mais baixos em valores em dólar. Enquanto o mínimo nacional registrou variação de 108,6% em 16 anos, para US\$ 4,7 mil por ano, essa taxa ficou atrás das da Rússia (791,1%), da Letônia (280,9%) da Estônia (186%), da Hungria (125,3%) e da Coreia do Sul (117,7%). Pelos cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apesar desse crescimento, o valor do mínimo necessário para suprir as necessidades do trabalhador deveria ser de R\$ 3.747,10, ou seja, 3,9 vezes maior, com base nos dados de maio.

A metodologia de reajuste é criticada por especialistas em contas públicas porque contribuiu para o forte crescimento do rombo da Previdência, pois mais de 65% dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e pelos programas assistenciais, como Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e também o abono salarial são indexados ao mínimo. Portanto, se o mínimo tem aumento, essas despesas também crescem acima da inflação, algo que não ocorre com as receitas há muito tempo. Pelas contas do economista Raul Velloso, cada real a mais no salário-mínimo implica R\$ 400 milhões a mais nas despesas da Previdência.

Tema impopular

“Pela Constituição, o salário-mínimo tem de acompanhar a inflação para que o trabalhador não perca o poder de compra. O novo presidente terá de decidir se manterá a regra atual ou deixa apenas o que a Constituição determina”, diz Velloso. Para ele, os candidatos evitam tocar no assunto porque mudar a regra é um assunto impopular, apesar de inevitável. “Mas não existe razão para um governo que não consegue equilibrar as contas continuar concedendo aumentos acima da inflação.”

A economista Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), não tem dúvidas de que a manutenção da regra atual vai comprometer as contas públicas. “Quando o governo dá o reajuste real do salário mínimo, aumenta as despesas acima da inflação, porque existe vinculação desse mínimo com os gastos com benefícios sociais. Isso impacta nas despesas do governo, apesar de elevar a receita previdenciária. Mas o problema é a indexação, de forma geral, afeta mais negativamente a economia como um todo.” Na avaliação de Vilma, desvincular os benefícios sociais ao mínimo seria uma saída, pois quem recebe aposentadoria não contribui para a produtividade do país.

Para Thaís Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados, o ideal seria que o reajuste do mínimo fosse negociado ano a ano, não como a regra atual que o Congresso aprova para valer de quatro em quatro anos. “Mudar a regra é uma medida impopular e os candidatos vão evitar mexer com isso agora, mas o assunto virá à tona, porque a indexação está criando um problema para a própria Previdência.”

Claro que a regra do mínimo não é o único vilão do rombo da Previdência. Além disso, o fato de castas privilegiadas de servidores, políticos e militares terem aposentadorias integrais por períodos que superam o tempo de contribuição é uma das maiores contradições. Basta olhar para a evolução do rombo das contas do regime geral da Previdência. Em 2007, o deficit somava R\$ 32,3 bilhões e, no ano passado, chegou a R\$ 182,4 bilhões, um salto de 464,7%. A tendência de crescimento é constante porque, assim como as despesas com salários do funcionalismo, outro problema fiscal que precisará ser atacado, os gastos com a Previdência têm crescido acima da inflação.

O economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, ressalta que, pela evolução das receitas e das despesas do governo central, em 2019, será muito difícil cumprir o teto dos gastos, que é uma emenda constitucional. “Caso o teto seja descumprido, serão acionados os gatilhos previstos na emenda. Basicamente, qualquer ação que implique aumento real de despesa ficará bloqueada. Isso colocará em xeque a política do salário-mínimo para 2020.”

O economista-chefe da Spinelli, André Perfeito, reconhece que o mínimo brasileiro, apesar de ter registrado valorização expressiva nos últimos anos ainda está bem abaixo da média mundial. “Discutir uma nova regra para o

reajuste do mínimo gera constrangimento entre os candidatos, porque ele é uma das conquistas do imaginário popular. A sociedade é populista e ninguém quer brigar com populista em ano eleitoral.” Para ele, seria importante que todo ano o mínimo fosse negociado, retirando o problema dos gatilhos e regras automáticas que geram a indexação.

"É preciso ser global"

Correio Braziliense - 25/06/2018

Na semana passada, o empresário mineiro Rubens Menin chegou ao topo do mundo. Foi eleito, em evento realizado em Mônaco, Empreendedor do Ano Global da EY (antiga Ernst & Young), uma das principais distinções do mundo corporativo. Desde a criação do prêmio, em 2011, jamais um representante da América do Sul havia recebido a honraria, concedida a partir de critérios como espírito empreendedor, desempenho financeiro, inovação e impacto global do negócio. Presidente do conselho de administração e fundador da MRV Engenharia, a maior construtora residencial do Brasil, com R\$ 6,1 bilhões em vendas no ano passado, Menin é um profissional inquieto. Nos últimos meses, tem percorrido o mundo para conhecer experiências inovadoras na área da habitação. “Quem não investir em tecnologia, estará fora do jogo”, diz.

Otimista, aposta no potencial do país, mas se diz preocupado com os descaminhos políticos e econômicos. “Temos uma série de problemas estruturais para serem resolvidos, as reformas pararam”, lamenta. “Parece que todo o Brasil está esperando as eleições.” Menin não quer esperar. Até agosto, lançará um movimento apartidário para propor agendas positivas.

Por que o setor imobiliário está demorando para se recuperar?

O setor passou por período muito difícil. Nos últimos três anos, caímos 50%, muito mais do que o PIB brasileiro. Isso é um absurdo. A crise levou a gente para o fundo do poço.

Que fatores agravaram a crise?

Três motivos básicos. Primeiro, o juro mais alto. Isso afugenta a consumidor. O segundo ponto: os distratos. Os distratos machucaram muito a indústria da construção. Teve prédio que foi vendido 100% e 90% foi distratado. Isso aí foi um negócio que desestabilizou muito a indústria. Muitas empresas, inclusive as grandes, tiveram prejuízos enormes. E o terceiro ponto é o seguinte: o setor vive de emprego, de renda. Quando você tem não só o desemprego, mas a incerteza do futuro, o índice de confiança do consumidor diminui muito. Ninguém compra um imóvel em clima de insegurança.

O setor perdeu muitos empregos?

Desempregamos mais de 1 milhão de pessoas. Um negócio completamente maluco. Em uma indústria em que você precisa contratar mão de obra intensiva, que tem demanda grande, a gente manda embora. É o contrário do razoável. Então, acho que isso foi muito ruim.

A regulamentação dos distratos resolve um dos impasses?

Sim, está no Senado e depois vai para sanção presidencial. Se passar, acho que vai ser resolvido um grande problema do setor. Isso é bom para toda a sociedade. E o consumidor será beneficiado. Quanto mais segurança para todos os envolvidos no negócio imobiliário, melhor para o país.

A crise econômica está ligada à instabilidade política?

Infelizmente, a política está atrapalhando demais. A incerteza política é muito ruim. O Brasil começou o ano com previsão de crescimento de 3% de PIB. Agora, já se fala em 1,5%. Isso é muito ruim. Depois de três anos de queda pesada, esse crescimento não vale nada. Crescer 1,5% tem significado igual a zero. Temos uma série de problemas estruturais para serem resolvidos, as reformas pararam. Parece que todo o Brasil está esperando as eleições. O que desejo, honestamente, é que as eleições não tenham efeito de desunir ainda mais o país.

Você pretende lançar um programa para unir o país?

Tivemos um grupo de pessoas trabalhando com afinco. Ainda não apresentamos oficialmente, mas devemos lançar a qualquer momento. Acho que não podemos mais nos dar ao luxo de desunir o país. Estamos pagando um preço muito alto por essa briga de A contra B. Não dá para ser assim. O Brasil precisa de união, mas tenho muito medo de que a política atrapalhe isso. A polarização pode ser boa para os políticos, mas é péssima para a população.

O movimento tem alguma cor partidária?

Não é partidário. Vamos propor agenda mínima voltada para a ética. A gente precisa deixar claro o que não vai aceitar mais. É preciso colocar esse parâmetro para a sociedade, mas não podemos ter política partidária nisso.

Como o Brasil chegou a esse ambiente de polarização?

Vejo o seguinte: a população está muito machucada. E com razão. A credibilidade da classe política está muito ruim e aí o populismo floresce. Isso não é fenômeno brasileiro, é mundial. Os regimes autoritários hoje estão vindo do voto popular. Olha que coisa horrorosa estamos falando. A gente não tinha mais nem que pensar em autoritarismo, ditadura, essas coisas abomináveis. Isso é indiscutível. E a gente tem visto alguns países caminharem para isso.

Há um descontentamento generalizado na sociedade.

Acho o seguinte: a gente não pode colocar a culpa nos outros. Outro dia saiu uma pesquisa que mostrou que 65% dos brasileiros estão querendo deixar o país. A culpa é nossa, não dos caras que estão querendo se mudar. Da nossa geração, que deixou um legado ruim para a turma que quer sair. Isso é terrível, uma das piores notícias que já vi, uma coisa que me deixou muito triste. No fundo, as elites brasileiras são as culpadas, porque elas foram omissas. Falo da elite política, empresarial, intelectual, artística, qualquer elite. Fomos omissos.

A corrupção tem peso no descontentamento do brasileiro?

A corrupção é uma desgraça. Com a corrupção, você concorre em condições de desigualdade. A concorrência tem que ser livre. O que é corrupção? É alguém querendo levar vantagem competitiva em relação ao outro. A corrupção é o que há de pior para os negócios no Brasil. É uma coisa horrorosa, tem que acabar.

O que fazer para mudar esse cenário?

Acho que a gente tem que colocar a nossa impressão digital. Por alguma razão inexplicável, a elite brasileira passou a ter medo de colocar a impressão digital dela. Nos outros países, as elites são mais atuantes. Precisamos falar “olha, acho isso, acho aquilo, isso precisa ser assim, que tal ir por esse caminho?” O que a gente está fazendo com esse movimento apartidário é reunir um grupo de pessoas para discutir o Brasil. Vamos fazer um grande evento em agosto e assumir o dever cívico de propor uma agenda voltada para a ética.

Diante das últimas pesquisas, que apontam a liderança dos representantes dos extremos, você acha que há chance de um candidato de centro ser eleito?

Acho que sim. A eleição está atrasada como nunca esteve. O número de pessoas nas pesquisas que não votam e não sabem quem escolher é muito alto. Vejo que as cartas ainda não foram distribuídas. A hora que a campanha começar para valer, e imagino que isso ocorra depois da Copa do Mundo, quem vai ganhar é aquele ou aquela que não for dos extremos. Vai ser o candidato de união.

Você está animado com o Brasil?

Olha, vou te contar uma coisa, não fico desanimado nunca, sou extremamente otimista. Estou preocupado, o que é bem diferente de desanimado. Aí você me pergunta como é possível acreditar no Brasil diante de tudo o que vivemos. Respondo o seguinte: o potencial que o Brasil tem é fantástico. Enquanto sociedade, fizemos uma maldade danada com esse país. A verdade é que precisamos dar uma chance para o Brasil, criar as condições para que ele floresça.

A MRV tem como meta se tornar uma empresa global?

Estrategicamente sim. Está no nosso planejamento. Se quisermos participar desse novo mundo que está surgindo, é preciso ser global. Não há outro caminho. Se alcança isso com tecnologia. Se você não tiver grande nível de tecnologia no seu negócio, estará fora do jogo.

Saque do PIS-Pasep vai aliviar orçamento

Correio Braziliense - 25/06/2018

Com o objetivo de movimentar o consumo e, conseqüentemente, estimular a economia, o governo decidiu flexibilizar ainda mais os saques dos programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A expectativa para esta fase é de que sejam liberados R\$ 34,3 bilhões a 25 milhões de brasileiros de todas as idades, que trabalharam com carteira assinada entre 1971 e 1988, bem como servidores da ativa durante o mesmo período.

Para descobrir se é beneficiário e quanto tem a receber, basta que o cidadão consulte o Banco do Brasil, no caso do setor público, e, a Caixa Econômica Federal, do setor privado. Antes da lei sancionada, só podiam resgatar o recurso aposentados, homens e mulheres com 60 anos ou mais, pessoas com invalidez ou doença grave. Caso o cotista tenha falecido, o herdeiro tem o direito de reivindicar o pagamento.

Fábio Bentes, chefe da Divisão econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), avalia que a medida pode ter impacto significativo na economia, mas que não mudará o rumo do consumo a curto prazo. “Assim como o FGTS não mudou. É uma ordem de grandeza parecida e uma medida que se deu em um momento importante de dívidas das famílias brasileiras e, por isso, em vez de 80% ou 70% serem canalizadas para o consumo, a maioria foi para quitação de dívidas”, compara.

No entanto, ele não nega que a liberação do PIS-Pasep pode representar um respiro para o comércio. “Será algo mais concentrado em um período curto. O comércio varejista projeta crescimento de 7,4% no acumulado do ano e isso é sustentável. Para manter isso, a lei sancionada tem de ser alinhada à inflação e juros baixos e retomada de empregos”, analisa. Na opinião de Bentes, o que faria com que o comércio conseguisse fechar o ano com um crescimento maior seria a melhora no mercado de trabalho.

Planejamento

Com o dinheiro extra na conta, especialistas alertam que é preciso planejar o uso do valor de acordo com a situação financeira de cada um. Reinaldo Domingos, presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin) e do canal Dinheiro à Vista, indica que há algumas opções de acordo com o perfil da pessoa: endividada, até mesmo inadimplente; sem dívida, mas sem intenção de guardar; e investidor. “Saber o perfil é o primeiro passo para definir que caminho seguir”, explica.

Para ele, o consumidor investidor é o único que pode se dar ao luxo de uma extravagância. “Ele já tem o dinheiro guardado, então ele pode utilizar o recurso extra para comprar sonhos, viagens, completar o valor que falta para algum objetivo ou acelerar os objetivos futuros. Esse é o caso fácil”, diz. Ele define a pessoa que não tem dívidas, mas não guarda dinheiro, como um consumidor equilibrado. “Para ele, é uma grande oportunidade de guardar

dinheiro, já que nunca fez isso. Pode ser um bom momento para se transformar em investidor, a aposentadoria é um bom começo”, sugere.

Ricardo Rocha, educador financeiro do Insper, lembra que, caso o dinheiro extra vá ser destinado ao consumo, é importante priorizar o que vai ser comprado. “Tem que ser uma coisa que faça sentido, a família precise daquele item. É comum a pessoa receber um valor extra, comprar algo mais caro do que o dinheiro que entrou e parcelar o resto, isso representa um risco de adquirir novas dívidas. O extra não deve incentivar o consumo descontrolado”, ressalta.

Rocha não recomenda que o dinheiro seja utilizado para gastos no dia a dia. “A não ser que seja um gasto com algo importante e que em algum outro momento já fosse ser comprado com outro dinheiro, acho interessante guardar o dinheiro, mas óbvio que vai da realidade de cada pessoa”, afirma.

Na visão de Domingos, a pessoa que está endividada e consegue honrar o pagamento não deve usar para antecipação de dívidas. “Antecipar prestações é um erro. Você já contraiu uma prestação e isso está dentro do orçamento”, opina. Com cerca de 61 milhões de inadimplentes no Brasil, ele diz que o dinheiro pode servir para uma reserva estratégica. “Não adianta pagar dívida vencida, você não combate a causa do problema. Uma renegociação da dívida inadimplente é interessante, mas de forma a preservar o recurso financeiro, para ser sustentável para você e não te deixar mais vulnerável”, aconselha.

A doméstica Maria Cleide Pereira Santos, 50 anos, trabalhou com carteira assinada apenas um ano do período determinado. Mesmo sem saber quanto tem a receber, garante que já sabe como vai usar o recurso extra. “Se tiver direito mesmo a esse dinheiro, não importa o valor que seja, eu com certeza vou pagar as contas”, afirma.

A empresária Leonor Machado, 51, diz que ficou sabendo da lei pelos jornais e embora tenha achado o valor total a ser liberado bom, acredita que a cota dela será pequena. “Nem acho que compensa, se der muito trabalho eu nem vou atrás. Seria um valor extra na conta, mas tão pequeno que nem tenho planos de onde usaria e acho que não fará falta”, diz.

Domingos analisa que não buscar esse direito é um sinal da falta de educação financeira da população brasileira. “É imprescindível buscar os recursos disponíveis para ter melhores condições de vida. Acredito que muitas pessoas não sacaram o valor por falta de informação. Portanto, é preciso divulgar para que os que mais necessitam não percam esse direito”, explica.

Valorização

Ricardo Rocha, diz que, a partir de R\$ 50, o consumidor tem que ir buscar o dinheiro. “É lógico que se tenho R\$ 10 para resgatar e a condução vai custar R\$ 8, eu diria que não compensa. Mas as pessoas precisam dar mais valor ao dinheiro, ele foi adquirido por mérito e esforço”, constata.

A analista de sistemas Fabíola Bezerra Martins, 51, também confessa que ainda não foi atrás para saber o valor que poderá sacar, mas acredita que será baixo. Como o dinheiro é extra e, até o momento, ela e a família têm conseguido pagar as contas, acredita que a melhor opção é guardar o dinheiro. “Dependendo do valor, podemos deixar em uma conta poupança mesmo ou, se for algo mais significativo, pensar em um título, que é sempre interessante”, conta.

Paulo Sain, sócio do Minhas Economias, recomenda um colchão para imprevistos. “Nunca se sabe como vai ser o futuro, então, é bom estar prevenido para qualquer contratempo. Mas acho que essa reserva para emergências é válida para quem já quitou as dívidas e se encontra com uma maior estabilidade financeira”, pondera.

Brasil precisa elevar em 62% os aportes em saneamento

DCI - 25/06/2018

Para atingir a meta de universalização do saneamento básico até 2033, o Brasil precisaria investir cerca de R\$ 21 bilhões ao ano, segundo estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“Caso sejam mantidos os níveis recentes de investimento, a universalização dos serviços será atingida apenas após 2050, com cerca de 20 anos de atraso”, diz a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg.

Nos últimos oito anos, a média de investimento no setor girou em torno de R\$ 13,6 bilhões, volume 62% inferior ao necessário para atingir os objetivos traçados pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

De acordo com o estudo, uma das alternativas para garantir este volume de investimento passa pela melhor articulação entre os setores público e privado, já que os modelos atuais de parceria, ainda esbarram em uma série de resistências. “A ideia de que o setor privado só atua em cidades de grande porte é absolutamente equivocada”, conta a CNI.

Segundo o estudo, cerca de 72% dos municípios em que há participação privada são compostos por até 50 mil habitantes. “Assim como também é mito a ideia de que a participação privada gera aumento significativo das tarifas: o setor privado pratica tarifas de cerca de R\$ 0,11 acima das tarifas observadas nas companhias estaduais”, destaca.

O papel do presidente

“A expansão das redes de saneamento é urgente e um dos principais desafios do país. O aumento da participação privada, assim como um melhor mapeamento de onde a participação do Estado é realmente necessária,

precisa ser o foco do desenvolvimento do saneamento brasileiro para os próximos quatro anos”, diz Mônica.

Segundo números do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 57% da população nacional dispõe de serviço de coleta e de esgoto, mas somente 50% do esgoto gerado é tratado.

“É preciso que haja o reconhecimento da prestação dos serviços de água e esgoto não somente como um serviço de alto impacto social, mas também como um mercado dentro de uma lógica econômica, que precisa ter a eficiência e a atratividade”, acrescenta a diretora da CNI, lembrando que, hoje o Norte é o estado mais deficitário em saneamento, com 18% da população com acesso a esgoto tratado.

Estoque de certificados estruturados cresce 26% no ano e atinge R\$ 15,75 bi DCI - 25/06/2018

O estoque de certificados de operações estruturadas (COEs) – instrumento que combina atributos de renda fixa e variável – aumentou 26% neste ano, de R\$ 12,5 bilhões em dezembro para R\$ 15,75 bilhões em 21 de junho.

É uma expansão de R\$ 3,25 bilhões de volume em menos de seis meses, sinal de boa performance de ganhos e do interesse dos investidores em diversificar suas carteiras.

Na visão do diretor da Órama Investimentos, Thiago Vilella, o COE cresceu, sobretudo, porque o investidor brasileiro ainda não está muito acostumado a correr riscos. “É um produto bastante novo que já caiu nas graças dos investidores. São mais de 125 mil aplicadores. O capital protegido dá segurança por uma possibilidade de ganho maior”, destacou.

Em linha semelhante, outro especialista também atribui à segurança, o bom momento do COE. “Neste contexto atual, de juros baixos e de muita volatilidade na bolsa e no dólar, o COE – que é um instrumento híbrido – ter capital protegido chama atenção”, afirma o analista-chefe da Spinelli Corretora, Glauco Legat.

Ele explicou que a quase totalidade dos clientes de COE prefere a modalidade de capital principal garantido, ou seja, em que o aporte inicial é protegido. “Para quem é avesso ao risco é uma forma de diversificação e ajuda na criação de portfólio”, diz.

Legat comentou que o mercado brasileiro tem trabalhado mais ultimamente com COEs referenciados em ações estrangeiras ou em índices de ações internacionais. “Algumas casas têm COEs de Ibovespa”, cita.

Na Spinelli, a novidade para junho é o COE Patrocinadores da Copa, que reúne quatro papéis de empresas globais – Anheuser-Busch InBev (AB InBev), Adidas, Mc Donald's e Hyundai. “É um COE de dois anos, com verificações [de ganho] a cada semestre”, explica.

O ticket de entrada é de R\$ 5 mil, e dependendo da performance nas verificações semestrais é possível alcançar o ganho nominal máximo de 40,4% em dois anos no melhor cenário, com a possibilidade de 10,1% a cada etapa. No pior cenário, o investidor terá seu capital principal de volta. “O que ele vai perder [neste caso] é o custo de oportunidade”, disse.

Em outras palavras, se tudo der errado, o investidor desse tipo de COE perde, por exemplo, a oportunidade de ter deixado o dinheiro numa aplicação pós-fixada (100% do DI), que renderia 6,4% no primeiro ano e 8% no segundo ano, com base nas expectativas atuais.

Para Vilella, da Órama, o custo de oportunidade está baixo. “Quando o juro estava muito alto não fazia muito sentido, mas com o DI em torno de 6% ao ano, o COE de capital protegido fica mais interessante”, argumentou.

Na Órama Investimentos, a novidade válida até 14 horas do próximo dia 28 de junho é o COE S&P 500 Alta Alavancada, relacionado no popular índice de ações dos Estados Unidos.

O produto com ticket de entrada de R\$ 5 mil tem duração de três anos. “Se, por exemplo, o S&P 500 acumular uma alta de 50% nesse período, o investidor poderá receber um retorno de até 75%”, divulga.

“O S&P 500 é o principal índice de ações do mundo e reflete o retorno das 500 principais empresas americanas. A nossa previsão é que, com o forte crescimento do mercado americano e o desemprego do país em patamares mínimos, o índice pode mostrar uma boa valorização daqui para frente”, considera o diretor da Órama.

Referenciado em dólar

A tendência que une esses dois lançamentos de COEs recentes é a percepção de que o risco Brasil aumentou diante de um cenário político considerado imprevisível e da fraqueza da recuperação econômica.

Vilella pontua que o investidor de varejo, mesmo os mais avessos ao risco podem dispor da possibilidade de diversificar seus investimentos. “Temos um cenário doméstico incerto”, argumentou o diretor.

Glauco Legat, da Spinelli, contou que antes a corretora já havia lançado um COE de dólar, quando a moeda americana estava em R\$ 3,15. “O prazo é de nove meses, mas o produto já rendeu o dobro do DI”, disse. Na sexta-feira, o dólar fechou em R\$ 3,78 no mercado à vista, alta 20% frente a cotação original de R\$ 3,15 desse COE.

Vale lembrar que este tipo de produto que utiliza estruturas com derivativos, na quase totalidade dos modelos, não repassa 100% do ganho dos ativos (ações ou moedas) aos aplicadores. Isso faz sentido, afinal, a proteção (hedge) tem um custo financeiro.

Economia brasileira opera bem abaixo do potencial de crescimento

DCI - 25/06/2018

A economia brasileira tem operado bem abaixo da sua capacidade, com uma diferença de cerca de 4,5% entre o seu Produto Interno Bruto (PIB) efetivo e o seu PIB potencial (hiato do produto).

Porém, com expansão de investimentos produtivos e redução do nível do desemprego, por exemplo, seria possível anular esse hiato no médio prazo, por volta de 2023, a partir de um crescimento médio anual do PIB de 3%. Após atingir a sua capacidade, a economia do País passaria a expandir em um ritmo mais lento, caso reformas estruturais importantes não sejam implementadas.

A avaliação é do economista do Departamento de Pesquisa Econômica (DEPEC) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guilherme Tinoco. A análise foi feita com base no estudo “O crescimento da economia brasileira 2018-2023”, realizado em co-autoria com o economista-chefe da instituição, Fábio Giambiagi.

Tinoco esclarece que as projeções foram feitas em abril, antes dos choques internos e externos de maio reduzirem as projeções de crescimento do PIB de 2018. De acordo com o Boletim Focus do Banco Central (BC), por exemplo, as expectativas caíram de 2,50% no início de maio, para 1,76%, na última segunda-feira (18).

No estudo, os economistas do BNDES partiram da premissa de que a atividade avançaria 2,5% neste ano. “Hoje, nós já trabalhamos com uma expectativa de crescimento de cerca de 1,5%”, explica Tinoco.

“De qualquer maneira, as considerações sobre o hiato do produto continuam válidas. Nossa economia, está operando bem abaixo do seu potencial”, ressalta o economista. Ele conta que as estimativas para o hiato do produto variam bastante. Enquanto o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) trabalha com uma projeção de 4%, por exemplo, o Instituto Fiscal Independente (IFI) prevê que o grau de ociosidade da economia brasileira gira em torno de 7%, 8%.

“Nós adotamos um número mais próximo do cálculo do Ipea, que é mais conservadora”, considera Tinoco. “Apesar da grande variação, de 4% a 8%, todas as projeções indicam que estamos trabalhando abaixo do potencial” reforça o economista do BNDES.

Fatores de ociosidade

Tinoco esclarece que o grau elevado de ociosidade da economia do País pode ser explicado pela alta taxa de desemprego e pelos níveis historicamente baixos da utilização da capacidade instalada da indústria. A desocupação ainda atinge 13,7 milhões de brasileiros, de acordo com dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por outro lado, esses dois fatores permitem que a economia tenha um crescimento inicial mais rápido, a partir da ocupação gradual da capacidade já instalada das empresas e do emprego da mão de obra desocupada. Esse processo, por sua vez, permitiria que o Brasil fechasse o seu hiato do produto no médio prazo.

Tinoco pondera que o elevado grau de incerteza, tanto na política como na economia, tem provocado atrasos nesse processo. “De qualquer forma, depois que nós conseguirmos preencher todos os fatores [de produção], ficará mais difícil expandir no mesmo ritmo. [...] Se a capacidade instalada da indústria já está preenchida, você precisa elevar investimentos para conseguir crescer a uma taxa mais elevada”, afirma o economista do BNDES.

A mesma coisa ocorreria com o mercado de trabalho. Com um aumento da ocupação e queda do desemprego, as possibilidades de expansão estariam mais no aumento de produtividade do trabalhador do que na elevação das contratações. É neste contexto que entra o papel das reformas estruturais, como o investimento na qualidade da educação e a simplificação tributária.

Além disso, o estudo aponta a necessidade de reduzir os gargalos em infraestrutura, a partir da elevação dos aportes no setor. Segundo dados do Banco Mundial, entre 1990 e 2000, o Brasil investia 2,3% do PIB em infraestrutura, porcentagem que, atualmente, alcança apenas 1,4% do produto.

A continuidade de reformas fiscais que consigam controlar o avanço das despesas públicas também é essencial para que o PIB avance de forma sustentável. Um dos pontos mais preocupantes é o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. No ano de 2010, por exemplo, havia mais de oito pessoas em idade de trabalhar para cada idoso.

Já em 2060, esse número estará próximo a dois, fazendo com que haja muito menos trabalhadores contribuindo com as aposentadorias da população mais idosa.

Seis meses após reforma, demissões por acordo avançam

Valor Econômico - 25/06/2018

Seis meses após a nova lei trabalhista entrar em vigor, números do Ministério do Trabalho mostram que as demissões por acordo - modalidade criada pela reforma - vêm crescendo. Em dezembro, primeiro mês em que as novas regras vigoraram do começo ao fim, foram registrados 5,8 mil desligamentos nesse formato. Em maio, dado mais recente disponível, foram 14,5 mil.

A demissão por acordo acontece quando funcionário e empregador chegam a um consenso sobre a rescisão do contrato, devendo a empresa pagar apenas parte das verbas rescisórias. Nesse caso, as leis permitem o empregador pagar apenas metade da multa sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - 20% (e não 40%) do valor depositado ao longo do contrato - e do aviso prévio quando houver direito. Já o funcionário pode sacar até 80% do FGTS, mas sem direito ao seguro-desemprego.

A modalidade foi criada para formalizar os casos em que o funcionário quer deixar a empresa e pedir para ser demitido para ter acesso ao saldo do FGTS - prometendo ao empregador, por exemplo, devolver a multa paga pela empresa. Mas esse tipo de acordo podia gerar problemas judiciais, o que a nova lei visa apaziguar.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, diz que a modalidade beneficia tanto empresas quanto funcionários e que o crescimento em seu uso mostra que a lei está "pegando" conforme vai se tornando mais conhecida. "Ela deve aumentar conforme contadores e advogados sugerem isso a seus clientes", disse ao Valor.

Já o uso de duas modalidades de contratação alvos da reforma trabalhista mostra-se menor. No trabalho intermitente, o saldo de admissões menos contratações "estacionou" na casa das 3 mil novas vagas há três meses. No decorrer dos seis meses em vigor (de dezembro de 2017 a maio de 2018), a modalidade mostrou saldo positivo de 17.145 vagas.

O trabalho intermitente foi regulamentado para funções que não são contínuas, onde há períodos de atividade intercalados por períodos de inatividade. O objetivo foi atender profissões como garçom, manobrista e segurança - que, na visão do governo, são prejudicados pela informalidade. A análise dos dados do Caged desde dezembro mostra que entre as atividades que mais contratam sob essas modalidades também estão as de vigilante, atendente de lojas e embalador.

Já o trabalho parcial, que teve as regras alteradas, tem saldo ainda menor. Além de nunca ter crescido em patamar acima das 3.067 mil vagas registradas em março, está decrescendo desde então. No total (de dezembro a maio), foi responsável por gerar 11.288 vagas.

O trabalho parcial já era uma modalidade existente, mas foi formalizada pela nova lei. Conhecida como meio período, ela não permitia, antes da mudança, horas extras. Além disso, os dias de férias eram limitados a 18 e era proibido vender um terço das férias. Com a nova lei, o trabalhador pode fazer hora extra, tem direito a 30 dias de férias e pode vender um terço das férias.

Yomura acredita que um uso maior da nova lei trabalhista pode ser visto de agora em diante, após a queda da medida provisória (MP) 808 - que não foi aprovada pelo Congresso e, por isso, perdeu a validade. Ele defende que a expectativa pela aprovação da MP gerou uma "espera" por parte das empresas e que isso tende a ser solucionado com a publicação de um parecer assinado por ele recentemente esclarecendo pontos da lei.

Sylvia Lorena, gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que a lei passa por um "período de maturação" de seus efeitos e de aplicação. E diz que a tramitação da MP realmente atrapalhou as contratações.

"As empresas estão adotando as inovações da reforma trabalhista com cautela. A tramitação de uma MP, evidentemente, colocou o mundo do trabalho em compasso de espera. Mas formas de trabalho como o home office e o parcelamento de férias em três períodos, de mais fácil aplicação, já começam a ser adotadas", diz.

Para outras, que dependem de negociação coletiva, ela diz que as regras dispostas na nova lei devem passar a ser realidade ao longo do tempo. "O importante é haver uma legislação estável e a reforma trabalhista contribui para trazer mais segurança jurídica para empresas e empregados encontrarem soluções mutuamente benéficas", afirma.

Cássia Pizzotti, especialista em legislação trabalhista do Demarest Advogados, afirma que o texto da reforma ficou "tímido" e precisa de regulamentação para ser mais usado pelas empresas. Os receios existem na hora da contratação por regime intermitente e parcial, por exemplo. No primeiro caso, faltam esclarecimentos de como aplicar remunerações como o 13º salário. No caso do regime parcial, entendimentos de associações da área jurídica levantam dúvidas sobre o que está na lei o que, diz, inibe empresas de usar mais a reforma.

"Avalio a reforma positivamente, pois foi uma tentativa de reduzir o número de ações, de aumentar o número de empregos formais e outras questões. Mas só quando as empresas tiverem conforto de que o Judiciário está contemplando as reformas como válidas, de que o Ministério Público está contemplando, aí sim você tem a segurança para aplicar", afirma.

Petrobras perde ação de R\$ 15,2 bi no TST

Correio Braziliense - 22/06/2018

Os petroleiros ganharam no Tribunal Superior do Trabalho (TST), por 13 votos a 12, a maior ação trabalhista contra a Petrobras, que questionava o cálculo da Remuneração Mínima por Nível de Regime (RNMR) aplicada aos empregados da companhia. O placar ficou empatado entre os ministros. A decisão a favor do pagamento bilionário coube ao presidente da corte, ministro Brito Pereira, o último a votar. “O tribunal cumpriu sua parte”, disse o magistrado. A previsão é de que a decisão cause impacto financeiro de mais de R\$ 15,2 bilhões nos cofres da estatal, valor equivalente a 49 prêmios da Mega-Sena da Virada, que foi de R\$ 306,6 milhões em 2017. Nos cálculos de especialistas, se a divisão fosse igualitária, cada funcionário receberia em torno de R\$ 264 mil nesse processo.

De acordo com o presidente do TST, o impacto econômico não é de responsabilidade da corte. “Aqui é só matéria de direito. Se custa mais para um ou para outro não nos diz respeito, não é da nossa competência funcional.” Embora Brito tenha afirmado que o TST “tem a última palavra e que a previsão tem que prevalecer no dia de sua publicação”, a estatal já afirmou que vai recorrer no próprio TST e, se for preciso, ao Supremo Tribunal Federal (STF). A advogada da Petrobras, Thaisa Maciel, lembrou que o placar foi bastante apertado. “Vamos aguardar a publicação do acordão e avaliar as alternativas de recursos cabíveis dentro do próprio tribunal ou no STF. A Petrobras está absolutamente confiante de que vai reverter essa decisão de hoje”, assinalou.

Na avaliação do ex-presidente da OAB e representante dos petroleiros, Cezar Brito, “o tribunal restabeleceu a sua história”. “Não se podia pensar uma legislação em que os trabalhadores não tivessem garantias constitucionais e sociais. Não é possível um trabalhador que arrisca a vida em alto-mar ganhar o mesmo que um que trabalha em ar-condicionado”, afirmou. Ele reforçou que a decisão do TST tem efeito vinculante e entra imediatamente em vigor. “O trabalhador custa muito pouco para a Petrobras. O custo é de cerca de 5%”, enfatizou Brito.

Papéis despencam

O mercado financeiro pressentiu qual seria o final da história na corte trabalhista. No fechamento da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), as ações preferenciais da Petrobras despencaram 6,85%, e as ordinárias, 5,01%. O movimento foi um dos responsáveis pela queda de 2,83% do Ibovespa, índice que reflete as cotações das ações mais negociadas na bolsa. Em fato relevante, a Petrobras informou que “não há impactos financeiros e econômicos imediatos para a companhia” e que “aguardará a publicação da decisão proferida para avaliar seu inteiro teor e tomar as medidas judiciais cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores”.

A Petrobras destacou, ainda, que entende a RMNR e as diferenças remuneratórias de cada regime e condição de trabalho, respeita os adicionais

previstos em lei e os acertados em acordo coletivo, estabelecidos em tabelas específicas, tendo como parâmetros o nível da tabela salarial, o regime e condição de trabalho e a região geográfica de lotação. “A disputa reside na inclusão ou não dos adicionais dos regimes e condições especiais de trabalho no cálculo do complemento da RMNR”, informou a Petrobras. O processo dos trabalhadores vem se desenrolando desde 2007, com o objetivo de ajustar os salários de aproximadamente 51 mil empregados.

A revisora do caso, ministra Maria de Assis Calsing, votou a favor da Petrobras, discordando do relator, ministro Alberto Bresciani. Assim, acabou perdendo sua última empreitada no tribunal, já que vai se aposentar em julho. Em decisão apertada, a maioria dos ministros votou com o relator, entendendo ser equivocada o cálculo da remuneração acertada com os funcionários, há mais de 10 anos, sobre complementos como periculosidade e adicional noturno. A decisão do TST envolve conflito judicial expresso em 43 ações coletivas e 7.400 ações individuais em todo o país.

Eleições e reformas

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

Denis Lerrer Rosenfield

Surpreende que, as eleições se aproximando, o País se encontre na quase ausência de um debate sério sobre o seu futuro. Diferentes propostas populistas surgem dos mais diferentes recantos, revelando que a herança lulopetista não foi ainda exorcizada. Ideias das mais simplórias ganham a cena, como se os graves problemas nacionais pudessem ser equacionados sob as mais variadas formas de “vontade política”. Até parece que o Brasil nada aprendeu. Expressão disso são os altos índices de intenção de voto no ex-presidente Lula, hoje um presidiário que pretende apresentar-se como a solução de todos os problemas que estão aí, fórmula mágica usada para encobrir seus próprios erros e crimes.

Acontece que a sociedade está anestesiada ideologicamente, embora se tenha mostrado ativa politicamente. As pesquisas mostram que ela se manifesta contra a agenda reformista do presidente Michel Temer, confundindo-a com a imoralidade que contaminou membros do seu governo, além de o próprio ter sido atingido em sua imagem por duas denúncias ineptas. As reformas visam ao bem e ao futuro do País, não podem ser confundidas com a pauta da luta contra a corrupção, que tomou conta da opinião pública. Agese como se essa luta fosse uma espécie de salvação nacional.

O Brasil apenas esboça a saída de uma grave crise, com o PIB se recuperando, inflação pequena, juros em baixa, emprego crescendo e um controle fiscal inédito nestes últimos anos. De terra arrasada, o País começa a apresentar números alentadores, porém nada disso é percebido pela sociedade, com um setor importante seu ainda atrelado a um eldorado

lulopetista que nunca existiu. O País perdeu, a mensagem petista continua vingando.

Paradoxalmente, a sociedade clama por mudanças, porém age conforme parâmetros atrasados e ultrapassados. Combate a corrupção e pede mais intervenção estatal, como se esta não fosse a causa estrutural de desvio de recursos públicos. Quanto maior a presença do Estado, mais espaço é aberto para a corrupção e os seus agentes.

Tomemos o caso da recente greve dos caminhoneiros e do tabelamento do frete. A greve contou com o apoio maciço da sociedade, que se aproveitou desse episódio para extravasar todo o seu descontentamento. Sustentou grevistas que infernizaram a vida cotidiana dos cidadãos. A ausência de combustíveis, as filas nos postos de gasolina, os supermercados vazios, as dificuldades de locomoção, as estradas bloqueadas, e assim por diante. Ou seja, apoiou quem a estava prejudicando. Parece que mais valia a simples manifestação de um malestar difuso.

O governo, acuado, sem saber direito nem com quem negociar, desorientado quanto a informações básicas sobre a preparação e a organização dos grevistas, terminou se rendendo a um tabelamento do frete. Ora, não se diga que se tratou de uma medida de caráter social, pois, na verdade, beneficiou apenas a uma categoria profissional que soube exercer a violência para parar o País. Se fosse uma medida social, seria destinada a toda a sociedade, e não somente a alguns! Qual é, então, o seu resultado?

O agronegócio foi prejudicado, devendo escoar seus produtos com fretes muito mais elevados. O mesmo vale para a indústria. A consequência será que a sociedade deverá pagar mais caro por tudo o que consome, com reflexos até mesmo na inflação. A opinião pública viu um benefício naquilo mesmo que a prejudica. Pagará mais pelo mal-estar em que se encontra. Ou seja, a sociedade pediu por mais Estado, como se esse pudesse não seguir as regras da concorrência e da economia de mercado.

A moda pegou. Há poucos anos, grandes manifestações de rua tiveram como estopim o aumento das tarifas de ônibus. A reação foi claramente desproporcional à sua causa imediata, revelando uma sociedade descontente e publicamente ativa. Acontece, porém, que tal tipo de manifestação só atua sobre os efeitos imediatos de um Estado que deixou de cumprir as suas funções, favorecendo clientelisticamente grupos economicamente fortes, corporações e sindicatos. Também naquela ocasião a demanda foi pelo tabelamento.

Em vez de a sociedade enveredar para uma verdadeira economia de mercado, concorrencial, baseada no mérito e no desempenho das empresas, com seus desdobramentos em empregos e salários mais elevados, as demandas sociais vão no sentido de engessar ainda mais as relações sociais e econômicas. A opinião pública se posta na contramão de uma agenda reformista.

Eis por que os candidatos com maior visibilidade eleitoral fazem de tudo para não enfrentar essa questão, refugiando-se na luta contra a corrupção e pela moralidade pública, como se assim a Nação pudesse, por si só, reconciliar-se consigo. Alguns dos candidatos procuram apenas repetir o governo Dilma, com as mesmas “propostas” que levaram à derrocada do País. Outros hesitam em apresentar definitivamente sua própria agenda econômica, como se devesse permanecer velada. O que farão da reforma da Previdência, por exemplo? Vão aprofundar a modernização da legislação trabalhista? Privatizar as empresas estatais? São questões inelidíveis, que terão de ser enfrentadas.

Alguns candidatos com baixa intenção de voto têm clareza quanto a essas questões, porém encontram nítida dificuldade em transmitir essa mensagem à sociedade, como se ela fosse incapaz de ver seu próprio bem.

O resultado é que o País se aproxima das eleições sem que os candidatos digam realmente a que vieram, como se tudo pudesse ser equacionado pelo voto. Vota-se bem, como se vota mal. Eleições por si só nada resolvem. E sem um verdadeiro debate de ideias e propostas o Brasil pode rumar para o desconhecido. A agenda anti-Temer não se pode tornar uma agenda contra as reformas. Na verdade, contra o País.

Sem um real debate de ideias e propostas o Brasil pode rumar para o desconhecido

Mixou o carbureto **O Estado de S. Paulo - 25/06/2018**

Luís Eduardo Assis

O futuro já não é mais o que foi um dia. Quando Michel Temer anunciou sua equipe econômica o mercado financeiro engoliu, com casca e tudo, a ideia de que um choque de expectativas seria o bastante para fazer a economia crescer. Pensava-se que sinalizar com uma norma rígida para expansão das despesas públicas despertaria o “espírito animal” dos empresários, estimulando o crescimento da produção e, portanto, da arrecadação de impostos, o que arremataria o ajuste das contas públicas. Não foi assim. O governo, corretamente, elegeu a questão fiscal como prioritária, mas se equivocou ao pautar a aprovação do teto de gastos antes da reforma da Previdência. Estaríamos hoje melhor se tivéssemos aprovado a reforma da Previdência, mesmo sem a emenda que regula o limite de gastos, pela simples razão que o teto não se sustenta sem novas regras previdenciárias. De forma análoga, no final do ano passado também predominava o otimismo. Imaginava-se que o crescimento da economia ganharia impulso e a queda do desemprego poderia obstar candidaturas populistas, que tem pouco ou nenhum compromisso com o ajuste fiscal.

Aqui também a decepção é certa. A mudança nas expectativas foi rápida e a greve dos caminhoneiros agiu como um catalisador do desalento. Em

dezembro, os analistas pesquisados pelo Bacen esperavam um crescimento do PIB da ordem de 2,7%. Com pequena oscilação, a perspectiva de um crescimento desta magnitude foi mantida até o início de maio. Em pouco mais de um mês, os ânimos se arrefeceram e a previsão agora não passa de 1,76%. A frustração do crescimento também contaminará o mercado de trabalho e o desemprego não cairá tanto quanto se imaginava. No final de 2017, o Ministério do Trabalho projetou a abertura de 1,78 milhão de empregos em 2018, compensando parcialmente o corte líquido de 3 milhões de vagas entre 2015 e 2017. Mas o crescimento do emprego no mercado formal estolou. Durante 25 meses consecutivos, a partir de abril de 2016, o saldo líquido de vagas com carteira assinada acumulado em 12 meses subiu. Em maio último, no entanto, este indicador recuou, revertendo uma tendência que já vinha esmaecendo. Um modelo de projeção univariada de amortecimento exponencial sugere hoje a criação de apenas 417 mil postos de trabalho, algo como um sétimo das vagas fechadas nos últimos três anos.

Um crescimento menor – talvez pífio – altera as perspectivas para o quadro eleitoral. Parece ser indisputada a ideia de que em situações de frustração econômica o eleitorado tenda a se inclinar para quem proponha soluções mágicas. Há quem pense que estamos imunes ao populismo porque o eleitor, depois do estelionato eleitoral de 2014, teria aprendido a rejeitar um governante que promete uma coisa e faz outra. Por esta linha de raciocínio, os candidatos não se furtariam a deixar claro suas propostas para equilibrar as contas públicas. Ledo engano. Um candidato que fosse subitamente acometido por um surto de sinceridade teria que dizer que

O eleitor médio desdenha das contas públicas, rejeita a reforma da Previdência, acredita no Estado provedor

o caminho do crescimento exige sacrifícios, que o ajuste fiscal demanda revisão de direitos e que o corte de desperdícios e o combate à corrupção são insuficientes para o ajuste fiscal. Não é isso o que o eleitor quer ouvir. O eleitor médio desdenha das contas públicas, rejeita a reforma da Previdência, acredita no Estado provedor e está farto de pensar que o melhor da vida já aconteceu. Não há por que contrariá-lo, pelo menos no discurso. Melhor ser um presidente em um país em crise do que um candidato derrotado, pensarão nossos políticos. Precisamos mais do que um debate eleitoral para enxergar nossas mazelas. O crescimento econômico medíocre, logo agora, reforça nossa vocação para empurrar o futuro para mais longe.

Números apavorantes

O Estado de S. Paulo 25/06/2018

Antonio Penteado Mendonça

Hoje, se paga no Brasil uma indenização por acidente de trânsito a cada um minuto e meio. É mais do que o dobro dos roubos de automóveis no Estado de São Paulo

Entre janeiro e abril deste ano, a Seguradora Líder do Consórcio do DPVAT pagou 116.085 indenizações decorrentes de acidentes de trânsito. Neste número estão incluídos todos os tipos de indenizações pagas pelo seguro obrigatório de veículos, a saber, morte, invalidez e assistência médico-hospitalar.

É um número apavorante, que fica pior quando se constata que é paga uma indenização a cada um minuto e meio. É mais do que o dobro dos roubos e furtos de automóveis no Estado de São Paulo, que, em seu pior momento, chegou a um sinistro a cada dois minutos e meio.

Infelizmente, este é o retrato do trânsito brasileiro. E há muito pouco que possa ser feito para mudá-lo no curto prazo. Basta prestar atenção no que acontece em volta, pelas ruas e estradas do país, para não se ter dúvida que o caos tomou conta das ruas brasileiras.

Tanto faz se tem ou não tem um Código de Trânsito. Tanto faz se ele regulamenta a forma de conduzir os diferentes tipos de veículos. Tanto faz qualquer tanto faz. O grau de boçalidade fica claro quando se assiste a uma cena inusitada como esta, na Praça Panamericana.

Um cidadão vinha com seu carro pela pista da esquerda quando deu seta e, sem olhar para o lado, virou para a direita, na tentativa de entrar na Avenida Pedroso de Moraes. Como vinha outro carro ao seu lado, a manobra resultou num acidente leve, cujo culpado, de acordo com as regras do Código de Trânsito, foi o motorista que tentou ingressar à direita para entrar na Avenida Pedroso de Moraes, cortando inopinadamente três outras faixas de rolamento na Praça Panamericana.

Culpa clara, até o motorista que causou o acidente agressivamente descer do seu automóvel, acompanhado por três outras pessoas, todos com grandes ferramentas nas mãos, querendo saber por que o outro motorista não tinha parado e como ele faria para receber a indenização pelos prejuízos do seu carro.

Esta é a realidade nacional. Grande parte dos motoristas não tem a menor noção das leis de trânsito. As razões para isso são as mais diversas, mas começam na facilidade com que alguém “compra” uma carteira de motorista, pagando propina para um agente público, que providencia o documento sem se importar se o cidadão está capacitado a dirigir um automóvel.

Não tem como acabar bem. E o resultado dramático são mais de 40 mil mortos por ano, a maior parte assassinada em acidentes de trânsito causados por gente sem condições mínimas de dirigir um veículo motorizado.

Mas não são apenas os motoristas que abusam do direito de ser irresponsável. Grande número de pedestres, depois que disseram que os carros devem parar para eles atravessarem as ruas, faz coisa que até Deus duvida, como

atravessar a Avenida Euzébio Mattoso pulando a mureta que separa as pistas, bem debaixo da passarela construída exatamente para evitar essa situação. E quantos atravessam as ruas com o semáforo de pedestres fechado para eles, como se o fato de serem pedestres lhes desse o direito de fazer o que quiserem, na hora que quiserem, tanto faz qualquer outro tanto faz?

Para quem acha que acabou, os motoqueiros estão aí e não precisam grandes explicações. É ver como pilotam para não se ter dúvida do porquê de mais de 70% das indenizações pagas pelo DPVAT serem para vítimas de acidentes com motocicletas.

Ainda temos os ciclistas que, por sua postura invariavelmente ecológicanaturalista, deveriam dar o bom exemplo, mas nem sempre seguem essa trilha. É comum vê-los pedalando em locais absolutamente impróprios para bicicletas, como as Marginais, ou disputando lugar com os carros, como se eles não fossem feitos de carne e osso e os veículos, de metal.

Finalmente, para fechar o quadro, as autoridades fazem sua parte para aumentar o caos e o número de acidentes com rara competência. Além da corrupção, que permite a emissão de carteiras de motorista para quem não sabe dirigir, a falta de sinalização, a manutenção deficiente das ruas e estradas, a omissão dos agentes de trânsito e o descaso com o tema é suficiente para o quadro se agravar a cada ano.

Neste cenário, não tem como seguro custar barato.

Grande parte dos motoristas não tem a menor noção das leis de trânsito. Esta é a realidade nacional.

Energia 4.0

Valor Econômico - 25/06/2018

Geoberto Espírito Santo

Diante de um insistente quadro fiscal negativo da nação e dos prejuízos da gestão politicamente temerária das estatais, a demonizada palavra privatização voltou à agenda econômica de nosso país. Antigamente, falar nesse tema era tabu, um crime de lesa-pátria no entender dos ferrenhos defensores da forte participação do Estado na economia. Uma das propostas do Governo para o equacionamento dos problemas estruturais do Brasil foi a inevitável volta desse tema para fechar equações financeiras dos Estados e do governo federal. No caso da Eletrobras, com a emissão de ações que viessem a diluir a participação da União no quadro societário.

De um lado, os estatizantes são contrários à privatização e, do outro, os libertários defensores do mercado. Essas formas de ver a questão não vão desaparecer nunca, mas cabe às lideranças sindicais, empresariais, acadêmicas e políticas informarem à sociedade a real situação de suas estatais

com honestidade intelectual e política. Para que os fatos não sejam rejeitados é preciso colocar luz no debate de mais essa polarização existente em nosso país. Mas não, estão distorcendo essa real projeção da luz colocando as sombras, certamente numa posição com o intuito de assombrar, de fazer barulho para tirar vantagens políticas e/ou pessoais na busca do voto desinformado e manipulado, sem maiores responsabilidades com os destinos das nossas gerações.

Alguns argumentos contrários à privatização beiram o catastrofismo e não passam por um debate sério e racional. Vão privatizar a água é um deles, como se o setor elétrico e as hidrelétricas tivessem poder constitucional para tal. Quem regula o uso da água em nosso país, não só para o uso da energia, é a ANA (Agência Nacional de Águas). E quem manda ligar ou desligar usinas é o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), instituição privada, sem fins lucrativos, e o faz objetivando a modicidade tarifária e a segurança energética sem levar em conta se o gerador é de empresa pública ou privada.

Energia é um recurso estratégico sim, mas as empresas não, haja vista os vários modelos corporativos existentes entre o capital público e o privado aqui, e em diversos outros países, função de fatores que vão muito além da ideologia. Na geração, as empresas do Grupo Eletrobras só produzem 31% da eletricidade do Brasil, sendo que os 69% restantes já são de responsabilidade do setor privado. Na transmissão, a Eletrobras tem 46% da quilometragem das linhas e na distribuição temos 63 concessionárias, sendo 57 delas privadas e as seis da Eletrobras, ditas federalizadas.

Recentes estudos de uma renomada auditoria mostraram que as empresas de capital aberto do setor elétrico, desde 2011, perderam R\$ 103 bilhões em valor, sendo que 89% coube a Eletrobras. As federalizadas, em 20 anos, deram um prejuízo à holding de R\$ 23 bilhões. Se olharmos apenas o ano de 2017, essas distribuidoras apresentaram um balanço negativo de R\$ 4,2 bilhões. No caso da venda da concessão das distribuidoras que foram federalizadas é dito apenas que é um absurdo vendê-las por R\$ 50 mil, um valor simbólico. É necessário dizer à sociedade que os concessionários vencedores da licitação são obrigados a investir R\$ 7,8 bilhões para que possam chegar em 5 anos aos índices de qualidade do serviços exigidos pela Aneel. Caso contrário, perderão as concessões.

Outro argumento é que haverá demissões com a privatização. Certamente ocorrerão, não de uma só vez, porque são empregados antigos, muitos próximos da aposentadoria, que acumularam vantagens cujo salário médio das 6 distribuidoras da Eletrobras (AC, AL, AM, PI, RO e RR) é de R\$ 11.763,48 enquanto que o da Neoenergia (BA, PE, RN) é de R\$ 4.314,32. Esses direitos adquiridos são garantidos pela legislação trabalhista e muito pior será a liquidação das mesmas, com mais R\$ 16 bilhões que sairão dos cofres da Eletrobras.

Se privatizar, a conta de luz vai aumentar porque a empresa privada só visa o lucro. Uma pena que as estatais também não, e a Eletrobras tivesse chegado a esse ponto. Em março de 2014, a relação entre o seu endividamento e a

geração de caixa chegou a 9,8 e se fosse empresa privada teria pedido concordata. Só para efeito de comparação, com 6 nesse índice a telefônica Oi recorreu a esse artifício jurídico para não entrar em falência.

Se privatizar, a conta de luz vai aumentar porque a empresa privada só visa o lucro. Uma pena que as estatais também não, e a Eletrobras tivesse chegado a esse ponto. Em março de 2014, a relação entre o seu endividamento e a geração de caixa chegou a 9,8 e se fosse empresa privada teria pedido concordata. Só para efeito de comparação, com 6 nesse índice a telefônica Oi recorreu a esse artifício jurídico para não entrar em falência.

Se uma estatal não tem lucro, não tem seu capital remunerado, não terá recursos para reinvestir, para aumentar a produção, criar novos empregos, pagar seus tributos. Para fazê-lo, vai usar recursos dos impostos, que deveriam ser utilizados na educação, na saúde, na segurança pública, na logística nacional. E se esses setores realmente precisam de mais recursos, teremos fatalmente aumento da carga tributária porque continuamos sem coragem cívica e irresponsavelmente adiando as reformas necessárias para diminuição do gasto público.

Quem defende a privatização diz que a conta de luz vai diminuir com uma melhor gestão, sem entrar na essência da questão porque os "esqueletos tarifários" de aproximadamente R\$ 100 bilhões vão alimentar o discurso dos contrários quando esses saírem do armário. Essa é mais uma discussão estéril pois a regra do jogo no mercado regulado é a mesma, sendo a empresa pública ou privada.

A conta de luz está em níveis elevados não é pela remuneração do capital, nem pelos custos operacionais. Nos processos de revisão tarifária das distribuidoras, sejam estatais ou privadas, a Aneel utiliza 8,09% para o custo médio ponderado do capital. Do que pesa no nosso bolso, temos quase 48% de tributos, encargos setoriais e custo das térmicas. Se considerarmos que alguns municípios arrecadam a CIP (Contribuição de Iluminação Pública) na fatura de energia elétrica, esse percentual se aproxima dos 59%. A energia elétrica não é mercadoria? Por que, então, cobra-se ICMS sobre ela?

Vivemos num mundo de tecnologia, robótica e inteligência artificial e a sociedade passa por uma profunda transformação econômica, tecnológica e social. As grandes questões que ficam é se teremos formas coerentes e positivas de descrever os desafios e as oportunidades que ocorrerão com essas mudanças e se teremos lideranças capazes de repensá-los para que a sociedade se aproprie dos benefícios. A política e a energia entrarão em colapso se não acompanharem esses movimentos.

Mercado livre, fontes renováveis, matriz diversificada, geração distribuída, já projetam a obsolescência do modelo centralizado de geração, transmissão e distribuição. Fomos consumidores, usuários, clientes e agora somos prosumidores. Estamos aí com a tarifa horária, comercializador varejista, proteção de dados, resposta da demanda, bioenergia, carros elétricos,

armazenamento, eficiência energética, portabilidade elétrica, mini grids, redes inteligentes em cidades inteligentes.

A Energia 4.0 está na janela, batendo à nossa porta e o debate é esse: que tipo de empresa e governança corporativa podem assegurar qualidade/preço ao cidadão energético livre para escolher.

Empresários devem se preparar para um Brexit litigioso

O Globo - 25/06/2018

Leonid Bershidsky

Quando os líderes da UE se reunirem no fim do mês, deverão emitir um alerta para que governos e empresas iniciem os preparativos para as consequências de uma separação litigiosa do Reino Unido em relação ao bloco europeu, o chamado Brexit litigioso. Afinal, é esta a direção para onde as coisas parecem estar rumando nas negociações.

Alivia ver tais sinais num contexto de teoria dos jogos. A premier britânica, Theresa May, tem um estímulo para empurrar as coisas para o abismo — possivelmente além de outubro, a atual data limite para o acordo —, de modo que possa obter sua versão de acordo no Parlamento; ela está mais interessada num voto de última hora do que num debate prolongado. A UE, frustrada diante de um lado do Reino Unido que não tem nada a oferecer, há mais de um ano vem mencionando a probabilidade de um Brexit litigioso, mas isto pode ser apenas uma demonstração da disposição de abandonar a negociação.

Se não houver acordo, o Reino Unido sairá da UE em março de 2019 sem um período de transição. Isto criaria vácuos nas regulações e na capacidade de implementá-las, sobretudo no Reino Unido. Recentemente, o “Financial Times” informou que o governo britânico não tem se esforçado nesse campo porque não considera realista um cenário de “não acordo”. Mas apostar que os dois lados estão blefando poderá resultar em surpresas desagradáveis porque as negociações não são um jogo de pôquer. É um jogo no qual os interesses de alguns presentes à mesa — pelo menos, no que se refere a muitos conservadores pró-Brexit — não estão alinhados com os daqueles que eles representam.

São as empresas que realmente precisam se preparar para fazer negócios além do Canal segundo as regras da Organização Mundial do Comércio, o que representa tarifas de 2% sobre a maioria dos bens, mas 10% sobre veículos e 20% sobre produtos agrícolas. Barreiras alfandegárias também vão se espalhar, elevando custos e reduzindo entregas.

No ano passado, Wen Chen e seu time internacional de colaboradores da Universidade de Groningen, na Holanda, analisaram quais regiões dos países

da UE estão mais expostas aos impactos do Brexit. Devido à amplitude dos dados, esta é provavelmente a melhor análise até hoje.

Os cálculos de Chen, porém, partem do princípio de que o Brexit vai pôr o comércio entre o Reino Unido e a UE na estaca zero (não há outra forma de avaliar a parte total do PIB que pode potencialmente ser afetada). Na vida real, no entanto, uma tarifa de 2%, prazos de entrega mais longos e custos de desembaraçamento alfandegário (estimados, por exemplo, em € 500 milhões anuais para a Alemanha, maior economia da UE) não afetariam demais o volume de comércio. Os setores econômicos que realmente precisam se preparar para um Brexit litigioso são principalmente o automobilístico, a agricultura e o financeiro, nos quais as empresas britânicas e europeias ficariam impedidas de operar diretamente.

No setor financeiro, um Brexit litigioso é considerado uma grave ameaça. Em março, a Associação de Contadores Certificados (ACCA, em inglês), cujos membros trabalham em todos os ramos de firmas financeiras e bancos, divulgou o resultado de uma pesquisa sobre o Brexit. Três quartos de seus membros trabalham fora do Reino Unido; 77% dos entrevistados afirmaram que um Brexit litigioso seria prejudicial para seus negócios, e 6% disseram que suas firmas não teriam mais um modelo de negócio viável. Ao mesmo tempo, as preparações estão avançando muito lentamente: 23% dos membros da ACCA (e 31% dos que trabalham em pequenas firmas) disseram que suas empresas ainda não haviam começado a se preparar para o Brexit. Apenas 8% disseram que as companhias iniciaram a implementação de preparativos, um insignificante aumento de três pontos percentuais em relação a março de 2016.

Esse quadro faz do setor de serviços financeiros um ator particularmente atento aos alertas. Um relatório da OCDE recentemente divulgado reduz os riscos para a UE — mas observa, mesmo assim, o potencial de consequências adversas que a falta de preparativos pode provocar. “As entidades da UE provavelmente vão reter acesso suficiente ao atacado e varejo dos serviços financeiros pós-Brexit, à medida que muitos serviços financeiros já são oferecidos nos 27 países da UE, e as entidades mais relevantes da UE podem realocar parte de suas atividades para outros estadosmembros da UE”, afirma a OCDE.

É um pouco mais difícil para as empresas industriais e do setor agrícola blindar suas operações do Brexit. De acordo com a Deloitte, um Brexit litigioso cortaria as exportações de veículos da Alemanha para o Reino Unido em 255 mil unidades por ano, o equivalente a € 6,7 bilhões ou 5% das vendas. Cerca de 18 mil empregos estariam sob risco. As montadoras europeias no total perderiam cerca de € 8,7 bilhões em vendas. As vendas de autopeças não sofreriam na mesma proporção, uma vez que as tarifas ficaram em torno de 4,5%, em vez dos 10% sobre os carros, mas mesmo assim milhares de empregos poderiam desaparecer à medida que as importações do resto do mundo se tornariam mais viáveis economicamente para o Reino Unido.

Uma pesquisa sobre empresas alemãs pela Associação Nacional da Indústria e Câmara de Comércio, divulgada no início do ano, revelou que apenas 14% das firmas se consideravam preparadas para as consequências do Brexit. O setor automotivo alemão é o que apresenta o maior potencial de perda. Já o governo irlandês e os produtores rurais do país, que correm o risco de perder 39% de suas exportações, o equivalente a € 4,8 bilhões anuais, se o Reino Unido deixar a UE sem um acordo, esperam uma solução negociada. Mas, pelo menos, estão se preparando para o impacto, buscando mercados alternativos.

Não acreditar na possibilidade de uma saída sem acordo poderia resultar em bilhões de dólares em perda de receita. Independentemente se o Reino Unido e a UE estão apenas jogando, trata-se de um jogo perigoso. A qualidade dos atores no lado britânico e a multitude de outras preocupações na UE tornam um resultado ruim uma possibilidade real.

Independentemente se o Reino Unido e a União Europeia estão apenas jogando, trata-se de um jogo perigoso

Liberal-democracia

O Globo - 25/06/2018

Paulo Guedes

Por que persiste a roubalheira como mal sistêmico? Por que proliferam partidos políticos sem conteúdo? Por que sofremos o mais longo esforço de combate à inflação da história universal? Por que temos há décadas juros astronômicos? Por que o país se tornou o paraíso dos rentistas e o inferno dos empreendedores, com endividamento em bola de neve e uma avalanche de impostos? A resposta é a trajetória explosiva dos gastos públicos. Mas o diagnóstico esteve interditado pela ideologia, pelo despreparo, pelo corporativismo e pela corrupção.

Degeneramos a democracia. Corrompemos a República. Estagnamos a economia. Enfraquecemos a Federação. Fabricamos privilégios. Pervertemos a política. Desidratamos serviços públicos de saúde, educação e segurança. Praticamos o comércio de votos mercenários no varejo, em vez de alianças orgânicas no atacado que valorizassem os partidos e seus programas. Mas vivemos hoje uma oportunidade histórica de aperfeiçoamento institucional, pois a LavaJato decretou a morte da Velha Política, moldada em três décadas de hegemonia social-democrata. É, portanto, desconcertante a descrença de alguns analistas em nossas instituições democráticas quando as prévias eleitorais não respaldam suas preferências ideológicas.

Após décadas de baixo crescimento, dezenas de milhões de trabalhadores na informalidade, dois surtos de hiperinflação, congelamento de preços e de poupança, moratória externa, recessão profunda e uma escalada ininterrupta de escândalos bilionários que desmoralizaram os políticos e enfureceram a opinião pública, é tempo de experimentar a liberal-democracia. Uma aliança de “centro-direita” na política em torno de um programa liberal na economia.

O liberal-democrata do século XXI reconhece a colossal capacidade produtiva das economias de mercado e assume o compromisso fraterno de dar oportunidades e ajuda aos mais pobres. Erradicar a miséria e reduzir desigualdades. É a busca de maior eficiência que os republicanos nos EUA herdaram dos liberais clássicos dos séculos XVIII e XIX, de mãos dadas à fraternidade que os democratas autointitulados liberais do século XX herdaram das grandes religiões e do socialismo. Democracia, mercados e políticas públicas descentralizadas rumo à Grande Sociedade Aberta.

Despertar a colossal capacidade produtiva das economias de mercado, mantendo o compromisso fraterno de erradicar a miséria e reduzir desigualdades

Brasil, um país com futuro

O Globo - 25/06/2018

Esteves Colnago

A greve dos caminhoneiros causou grandes distúrbios para a população, trazendo problemas de desabastecimento e, conseqüentemente, elevação de preços. O dólar subiu, nos lembrando períodos de desequilíbrio de um passado nem tão distante. E a aproximação das novas eleições também tem elevado o grau de incerteza.

Mas a situação atual precisa ser vista a partir de uma perspectiva mais ampla.

O país está hoje muito mais preparado para enfrentar adversidades. Temos reservas internacionais expressivas, acima de US\$ 380 bilhões. O Brasil é credor externo líquido, ou seja, conta com um nível de reservas maior que sua dívida externa total.

A inflação brasileira está sob controle, melhorando a renda e o poder de compra da população. Medida pelo INPC, ela é hoje inferior a 2,0% ao ano, a mais baixa já registrada. Inflação baixa permite juros baixos, hoje o menor da história. A queda da taxa de juros, que afeta a economia com defasagens, reduz o custo financeiro das famílias e empresas.

Em 2017 voltamos a crescer, e em 2018 não será diferente. O Brasil registrou uma das piores recessões de sua história entre 2015 e 2016. Um maior dinamismo da economia brasileira está ligado à resolução dos problemas internos que limitam o potencial de crescimento sustentado.

O grande entrave para o crescimento permanece sendo a situação fiscal. Muitas das políticas adotadas na última década e meia foram baseadas em ampliação de gastos e crescente comprometimento dos recursos públicos e engessamento orçamentário. É preciso quebrar essa lógica.

O teto dos gastos restringiu a ampliação sem critérios de novas despesas, forçando o Estado a repensar seus gastos. Agora é urgente a aprovação no Congresso de reformas macro e microeconômicas que assegurem a sustentabilidade das contas públicas e o aumento da produtividade.

Em 2015, os gastos de benefícios do RGPS sobre o total da despesa primária eram de 38%. Em 2018, atingiu 43%, e as projeções mostram que podem chegar a 49% em 2021. Já as despesas com pessoal e encargos vêm se mantendo entre 21% e 22% nos últimos anos. Dessa forma, não sobra espaço para as despesas discricionárias.

Esse é um problema sério e não há alternativa a não ser enfrentá-lo. Se nenhuma reforma for aprovada, em 2021, 98% das dotações do governo serão disponibilizadas para despesas obrigatórias.

Além disso, precisamos retomar o planejamento de longo prazo. O Ministério do Planejamento colocou em consulta pública a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O documento projeta cenários e indica caminhos para que o país alcance o crescimento sustentável, garantindo o crescimento do PIB e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com aprovação das reformas estruturais e também de medidas microeconômicas, é possível ao Brasil ampliar o PIB para 3,9% na média dos próximos 12 anos. Neste cenário, em 2021 o país alcançará o superávit primário e haverá uma trajetória declinante acentuada do endividamento público. Temos todas as condições para chegar lá.

Com aprovação das reformas estruturais e também de medidas microeconômicas, é possível ao Brasil ampliar o PIB para 3,9% na média dos próximos 12 anos

‘Desculpa, Rússia’ **O Globo - 25/06/2018**

Ancelmo Gois

A Z+, uma das 10 maiores agências de publicidade do país, lança hoje o DesculpaRussia.com. É um site para as pessoas formalizarem pedidos de desculpas por causa daqueles brasileiros que desrespeitaram mulheres e crianças. Os vídeos pegaram muito mal para o Brasil e o nosso povo, de um modo geral.

Carona na Copa

A Vivo, patrocinadora da TV Globo no Mundial, está levando vantagem. É que um dos 12 parceiros bilionários da Fifa, com direito inclusive à presença nos painéis eletrônicos que cercam os gramados de todos os estádios, também se chama Vivo.

Nada a ver com a operadora que pertence à Telefônica espanhola e, sim, com uma gigante chinesa fabricante de smartphones.

Só se fala nele

Goste ou não, o brasileiro fala muito sobre Neymar. E adora assistir discussões sobre o craque, também.

Na sexta, dia da vitória do Brasil (ufa!) sobre a Costa Rica, o SporTV foi líder absoluto de audiência na TV paga entre as 6h da manhã e meia-noite. Os programas “Seleção”, “Zona Mista” e “SporTV News” tiveram seus melhores resultados de audiência até agora na Copa.

Gasoduto trabalista

Os R\$ 15 bilhões que a Petrobras perdeu na ação do TST equivalem à venda dos gasodutos do Sudeste para a Brookfield. Para o consultor Adriano Pires, é mais um exemplo de que “os interesses da corporação continuam à frente dos da empresa”.

Diário de bordo

A Airbus vendeu dois helicópteros H160, de nova geração, para os empresários Jorge Paulo Lemann e Beto Sicupira, da Ambev. Cada modelo, que será entregue em 2020, custa uns US\$ 15 milhões.

Abertura dos portos

O consultor da Inter.B, Claudio Frischtak, diz que o Brasil ainda é fechado à imigração:

— Temos pouquíssimos trabalhadores de fora com carteira assinada (0,24% do total, em 2016), comparado com 1/5 da força de trabalho canadense, país que desfruta de grande diversidade e vitalidade cultural e econômica.

Segue...

Para Frischtak, facilitar a vinda de estrangeiros, simplificando a concessão de vistos e o reconhecimento de diplomas, não é só um ato humanitário: “Traz novas ideias, melhora a qualidade da força de trabalho, impulsiona a produtividade e, logo, o crescimento”.

R\$ 6bi

O governo espera que o leilão de linhas de transmissão, quinta, na Bolsa de São Paulo permita mais de R\$ 6 bilhões de investimentos nos próximos anos.

‘Abalos sísmicos’

A Fifa queria que a Fan Fest de São Petersburgo, na Rússia, fosse na praça do Museu Hermitage, um dos maiores do mundo, com um acervo de quase 3 milhões de peças. Só que a direção do museu... não deixou. Alegou que a vibração da torcida poderia acabar danificando obras de arte.

No fim, a festa foi para a praça Konyushennaya, a 900m de distância.

Um país desigual

O Brasil tem 54 mil professores de pós-graduação. Sabe quantos são homens brancos com doutorado? 13,2 mil, ou 24%. Sabe quantas são mulheres brancas com doutorado? 10 mil, ou 19%.

E sabe quantas das professoras são negras com doutorado? Só 219, ou 0,4%, segundo levantamento da revista online “Gênero e Número” com base no Censo da Educação Superior de 2016 (os dados mais recentes), do Inep.

‘Ecstasy’

Morando em Los Angeles desde 2012, a atriz e cantora Thalma de Freitas, 44 anos, voltou a São Paulo para gravar seu novo álbum, “Songbook Vol. 1”, em comemoração aos 30 anos de carreira.

A atriz de “Laços de família” contará, veja que fofo, com a participação do pai, o maestro Laércio de Freitas, 77. Juntos, eles farão uma apresentação única na Tupi Or Not Tupi, em 3 de julho, com músicas como “Ecstasy”, dela com João Donato, gravada por Gal Costa.

Espaço do Sérgio Abranches, cientista político

“Estudo do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação detectou declínio importante na satisfação dos brasileiros com a democracia. Só 19% se disseram satisfeitos. Em 2014, eram 39%. Nossa sorte é que 56% ainda preferem a democracia sobre qualquer outra forma de governo. Significa que temos chance de recuperar a confiança em nossa democracia, mas pouco tempo. Em 2014, os que preferem a democracia eram 64%. O ponto frágil da democracia, para os brasileiros, é o Legislativo: 77% desaprovam seu desempenho. Mas 40% confiam na Justiça. O que mais ameaça a confiança na democracia é a corrupção. É ela que leva quase 48% a admitirem a hipótese de intervenção militar no governo. Há um problema de representatividade do Congresso e dos partidos que terá que ser enfrentado. Mas a resiliência da democracia depende, no curto prazo, de ações efetivas contra a corrupção e a impunidade”.

Carro elétrico avança no Brasil, mas há longo caminho pela frente

Correio Braziliense - 25/06/2018

Mercado S/A

Apesar da falta de incentivos, o setor de veículos elétricos começa a acelerar no país. Segundo dados a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), foram licenciados, de janeiro a abril deste ano, 1.260 carros elétricos e híbridos. Nesse ritmo, o mercado brasileiro vai superar com alguma folga o recorde registrado em 2017, quando foram emplacadas 3.296 unidades. Mesmo com o resultado positivo, o presidente da ABVE, Ricardo Guggisberg, afirma que, para assegurar o aumento consistente da frota, será preciso reduzir impostos. “Se o Brasil aliviar os tributos, teremos um aumento de 200% por ano na frota nacional”, afirma. O executivo também garante que a atual geração de energia tem condições de atender o crescimento do consumo de eletricidade que virá dos motores reabastecidos na tomada. Mas ele faz uma ressalva: se os elétricos se tornarem de fato populares, será preciso aumentar a produção energética.

País lidera investimentos na América Latina

O mercado de investimentos parece ter deixado a crise para trás. Pelos números da Associação Latino-Americana de Private Equity e Venture Capital, compilados pela Barn Investimentos, essa indústria bateu recorde em 2017, com aportes que superaram US\$ 1 bilhão, alta de 128% ante 2016. O levantamento também aponta que o Brasil foi o principal destino do capital na América Latina. As startups nacionais receberam 45,4% dos investimentos (US\$ 859 milhões em 133 negócios).

Alma argentina e inspiração americana

A argentina Laundromat, quarta maior rede de lavanderias do Brasil, quer acelerar seu processo de expansão no país. Para isso, vai lançar um novo modelo de loja, no formato self-service e semelhante às lavanderias automáticas americanas. A ideia é reduzir custos e popularizar o serviço. “Identificamos que no Brasil há uma demanda crescente por esse tipo de serviços em horários alternativos”, afirma Nicolas Lopez, diretor da marca. Serão inauguradas 10 unidades até o final do ano.

“Como vocês sabem, há uma longa lista de organizações que querem que a Tesla morra”

Elon Musk, fundador e presidente da empresa, após descobrir que um de seus funcionários roubou dados sigilosos

Raízen faz as contas na guerra do etanol

Os últimos dias foram atribulados na Raízen, uma das maiores distribuidoras de combustíveis do país. Os executivos da companhia gastaram horas calculando os impactos financeiros causados pela provável liberação de venda de etanol diretamente dos produtores para os postos. Enquanto o presidente

da empresa defende a tese de que a medida resultará em aumento de preços, o autor do projeto de lei, Otto Alencar (PSD-BA), garante que a medida tornará a concorrência menos desigual.

Rapidinhas

» A Apollo Tires, uma das maiores fabricantes de pneus automotivos da Índia, pretende atacar mercados emergentes, entre eles o Brasil. A ideia é enfrentar as fabricantes chinesas, que estão com o apetite cada vez mais aguçado. Em março, pela primeira vez na história, as marcas da China passaram a responder por mais de 50% das vendas no mercado brasileiro.

» Para responder ao rival, o próprio chairman e CEO da Apollo, Onkar Kanwar, está negociando um modelo de produção compartilhada com fabricantes que já possuem plantas prontas em mercados estratégicos, mas que operam com ociosidade. Por esse critério, não faltarão opções no Brasil.

» Uma pesquisa da London School of Economics and Political Science (LSE), em parceria com a Inmarsat, constatou que as aeronaves habilitadas por comunicações via satélite têm potencial para reduzir em 2,5% o consumo de combustível por voo, o equivalente a 21,3 milhões de toneladas de CO2 por ano.

» Além disso, a conectividade economiza US\$ 15 bilhões por ano para as companhias aéreas, reduzindo a probabilidade de atrasos, cancelamentos e desvios. “O incomparável acesso a dados em tempo real está diminuindo os custos operacionais e as emissões, além de melhorar a segurança de voo”, diz Frederik van Essen, vice-presidente da Inmarsat Aviation.

116 mil brasileiros

caíram no golpe que promete exibir o saldo do PIS diretamente no celular, segundo a empresa de segurança Psafe. A mensagem chega por WhatsApp e, quando a pessoa acessa o link, seus dados são devassados.

Gigante de tecnologia ameaça bancos, diz BIS **O Estado de S. Paulo - 25/06/2018**

O Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) entrou oficialmente pela primeira vez na discussão sobre a chegada de grandes plataformas digitais no setor financeiro, um assunto que vem ganhando cada vez mais espaço na comunidade internacional bancária.

“As chamadas ‘gigantes de tecnologia’ são grandes. Elas já contam com a infraestrutura de tecnologia de informação necessária, habilidades analíticas, recursos financeiros e uma base de clientes estabelecida para corroer a participação de mercado dos bancos”, trouxe o Relatório Econômico Anual, divulgado ontem pela instituição.

O documento não cita nomes e marcas, mas está claramente referindo-se a gigantes do setor de tecnologia, como Google, Apple e Facebook, por exemplo, que já mostraram interesse no setor. “Embora existam muitos benefícios dos avanços tecnológicos, incluindo serviços financeiros mais eficientes, eles também significam ameaças potenciais ao atual sistema monetário e financeiro”, avaliou o diretor-geral do BIS, Agustín Carstens, em discurso feito ontem na Basileia.

O número 1 do BIS salientou ser essencial considerar as rápidas mudanças que os avanços tecnológicos trouxeram nos serviços financeiros. “É um grupo que não inclui apenas fintechs (startups de serviços financeiros), mas, talvez mais importante, as grandes empresas de tecnologia. Estas poderiam corroer as avaliações dos operadores históricos e representar ameaças existenciais. Estamos vendo os primeiros sinais, mas podemos estar no limiar de um novo paradigma”, alertou.

Menor custo. No relatório, a análise é de que as inovações permitem que os bancos explorem melhor as economias de escala e reduzam custos. Por outro lado, ele enfatizou que as expectativas dos clientes estão mudando – e com elas, a natureza dos concorrentes dos bancos. “O varejo, em especial, pede cada vez mais uma ‘experiência perfeita para o cliente’”, trouxe o documento. O BIS avaliou que a mudança para as plataformas de internet com múltiplas finalidades convida novos concorrentes para o setor.

Para o banco central dos bancos centrais, a chegada de grandes concorrentes tecnológicos pode exigir cooperação entre reguladores de diferentes áreas e países para preservar condições equitativas (“mesmo risco, mesma regulamentação”), sem restringir a inovação tecnológica. Um exemplo é a simetria de restrições à acumulação, uso e compartilhamento de dados de clientes para bancos e não bancos.

Com impasse na UE, Merkel quer acordos individuais de imigração

O Estado de S. Paulo - 25/06/2018

Após o impasse da reunião de líderes europeus que terminou ontem sem uma solução concreta sobre a decisiva questão da acolhida de imigrantes, a chanceler alemã, Angela Merkel, afirmou que buscará acordos diretos com países da União Europeia sobre o tema. Ela admitiu que o bloco não conseguiu encontrar rapidamente uma solução conjunta para a questão que está ameaçando seu governo.

Desde que as chegadas do Mediterrâneo aumentaram em 2015, quando mais de 1 milhão de refugiados e migrantes pisaram em território do bloco, os líderes da União Europeia têm discordado sobre como lidar com eles. Ao mesmo tempo, a disputa enfraquece sua unidade e prejudica a área de livre circulação da Europa.

Em Bruxelas, ontem, 16 dos 28 líderes da UE mantiveram conversações antes de uma cúpula do Conselho Europeu, na quinta e na sexta-feira. “Sabemos que no Conselho Europeu, infelizmente, não teremos uma solução completa para a questão da migração”, disse Merkel.

Ela está sob pressão para encontrar uma solução para a crise. Seu parceiro de coalizão exige uma política de migração mais rígida e ameaça abandonar a aliança, o que poderia levar a um colapso de seu governo. Incapaz de esperar pelo consenso total da UE, Merkel disse que vai buscar medidas mais rápidas.

“É por isso que haverá acordos bilaterais e trilaterais. Como podemos ajudar uns aos outros, nem sempre devemos esperar pelos 28 membros, mas pensar no que é importante para quem”, disse a chefe de governo.

O presidente francês, Emmanuel Macron, pareceu oferecer a Merkel seu apoio cauteloso, dizendo que, embora a solução para a migração deva ser “europeia”, ela poderia ser construída por meio da cooperação de todos os membros da UE ou apenas decidindo ir juntos.

A ‘minicúpula’ de líderes europeus ocorreu em um momento de tensão entre diferentes sócios e com um navio com migrantes socorridos, o Lifeline, esperando em alto-mar uma solução depois que Itália e Malta fecharam seus portos.

Na reunião de ontem, foi aprovado apenas um leque de medidas que prevê reduzir a migração irregular, proteger as fronteiras europeias, uma maior cooperação com os países de origem e de trânsito dos migrantes. No entanto, não houve avanço para uma solução para aqueles que já chegaram ao continente.

Os dados da ONU mostram que apenas 41 mil chegaram à UE vindos do outro lado do mar neste ano, mas pesquisas de opinião mostram que a migração é a principal preocupação dos 500 milhões de cidadãos do bloco. A Itália luta há muito tempo para lidar com as chegadas e seu novo governo populista rejeita quaisquer ideias que possam fazer com que ele tenha de lidar com um número ainda maior de pessoas.

É hora de normalizar juros, diz BIS

Valor Econômico - 25/06/2018

Uma década após a crise financeira global, a economia cresce de forma sólida e com pressões inflacionárias contidas. É exatamente o momento para os bancos centrais encerrarem as medidas de estímulo sem precedentes adotadas e, assim, evitar o crescimento de desequilíbrios que já se avizinham. A orientação é do Banco de Compensações Internacionais (BIS), o chamado banco central dos bancos centrais.

"Se mantivermos a política acomodatória por tempo demais, a única coisa que estaríamos fazendo é empurrar com a barriga. Quanto maior o tempo com

juros baixos, maior o potencial de desequilíbrios e instabilidade financeira no futuro", disse o gerente-geral do BIS, Agustín Carstens, em teleconferência com jornalistas.

Em seu relatório econômico anual, a entidade aponta que a expansão global se fortaleceu e disseminou em 2018. O crescimento voltou para as médias pré-crise, o desemprego caiu para os menores níveis em décadas em alguns países e a inflação se aproximou das metas dos bancos centrais. Assim, com a economia global atingindo ou mesmo superando o crescimento potencial, é hora de aproveitar as condições favoráveis e implementar um conjunto de políticas mais equilibrado para promover uma expansão sustentável.

"As condições econômicas favoráveis atuais fornecem uma janela de oportunidade que não deve ser desperdiçada", diz o documento. A normalização da política monetária é essencial para reconquistar espaço de manobra, reduzir o risco de surgimento de desequilíbrios financeiros e contribuir para restringir a acumulação de dívida. O equilíbrio, no entanto, não é simples, admite o BIS.

Os bancos centrais precisam responder a sinais de inflação ressurgindo, mas não reagir de maneira excessiva a desvios moderados ou volatilidade transitória, já que ainda existem pressões desinflacionárias estruturais. Ainda assim, o relatório indica que em alguns mercados emergentes uma política monetária mais apertada pode ser necessária em antecipação a condições financeiras internacionais mais adversas.

"No geral, dadas as condições iniciais, o caminho tende a ser esburacado. Turbulências nos mercados financeiros vão sem dúvida ocorrer. Uma maior volatilidade não é um problema em si, desde que permaneça contida; é na verdade saudável, se ajudar a inibir uma tomada de risco descontrolada", orienta a autoridade.

Há vários possíveis motivos para a inflação estar contida, mesmo com uma sequência tão longa e forte de crescimento no mundo após a crise de 2008. Na avaliação do BIS, pode haver um alto nível de desalento no mercado de trabalho, com muita gente pronta para voltar a buscar emprego se as condições melhorarem. O aumento no investimento pode ter elevado o crescimento potencial. E fatores demográficos e mudanças nas regras de previdência podem estar aumentando a população economicamente ativa. "Além disso, a persistente influência da globalização e avanços tecnológicos na inflação não devem ser subestimados."

As previsões de curto prazo são boas, embora com "bolsões de estresse". As condições financeiras continuam acomodáticas - apesar das recentes tensões em mercados emergentes e na periferia da zona do euro.

Já no médio a longo prazo, a situação muda um pouco. Segundo o BIS, embora as políticas extraordinárias dos bancos centrais tenham evitado uma grande depressão e ajudado a pavimentar o caminho para a recuperação do

consumo, elas também geraram vulnerabilidades. Desde a crise, as dívidas públicas e privadas aumentaram em relação ao PIB. As condições financeiras frouxas contribuíram para uma maior alavancagem de famílias e empresas em muitas economias.

Questionado se os BCs estão agora enfrentando dificuldades para lidar com problemas que eles mesmos criaram, Carstens defendeu a atuação das autoridades monetárias. "Não foram os bancos centrais que causaram esses problemas, mas eles são consequência das ações dos BCs", admitiu. Ele ressaltou, contudo, que as medidas extraordinárias eram necessárias, até porque outras autoridades econômicas não ajudaram a lidar com a crise, fracassando com a implementação de reformas estruturais e sem espaço para políticas fiscais estimulativas.

O relatório do BIS aponta que as vulnerabilidades são preocupantes dado o espaço de manobra mais limitado das políticas econômicas, em relação ao nível pré-crise. Vários fatores podem levar à materialização desses riscos, ameaçando a expansão econômica e desencadeando ou ampliando uma desaceleração.

Entre esses fatores está uma nova escalada de políticas protecionistas, que pode prejudicar o sistema de comércio multilateral "que ajudou a economia global tão bem por tanto tempo". "Há sinais de que a incerteza associada com o aumento da retórica protecionista já tem inibido investimentos", alerta a entidade.

Na avaliação do BIS, os yields dos bônus podem aumentar em economias desenvolvidas importantes, mesmo que as surpresas inflacionárias sejam apenas leves. "Se os juros dos títulos dos EUA saltarem, isso espalharia condições financeiras mais apertadas em todo o mundo. O recente aperto dessas condições, incluindo a valorização do dólar, já gerou estresse em alguns mercados emergentes", aponta o documento.

Por outro lado, uma reversão no apetite por risco - que leve os investidores para títulos mais seguros - pode fazer os yields dos bônus de países desenvolvidos caírem, mantendo o ambiente de liquidez farta e aumentando as vulnerabilidades já existentes nos mercados financeiros globais. Isso poderia ser desencadeado por preocupações sobre a sustentabilidade da dívida soberana ou eventos políticos, como visto por exemplo na periferia da zona do euro (Itália e Espanha trocaram de governo recentemente) e em alguns emergentes.

O BIS aponta que, em abril, sinais de tensão surgiram em alguns mercados emergentes mais vulneráveis, como Argentina e Turquia, em meio à apreciação do dólar e a um aperto das condições financeiras internacionais. Na avaliação da entidade, nesse momento ainda é muito cedo para dizer se essas tensões permanecerão contidas ou se espalharão. Ainda assim, diz que a maioria dos emergentes está melhor posicionada para enfrentar uma onda de estresse financeiro.

O desafio das autoridades, segundo o BIS, é aproveitar o bom momento para garantir que a expansão econômica seja sustentável. As políticas precisam ser de longo prazo e garantir uma duradoura estabilidade financeira e macroeconômica, ao mesmo tempo em que incentivam um crescimento sustentável. Essa estrutura, baseada em uma forte supervisão e regulação, envolve medidas macroprudenciais, além de políticas monetárias, fiscais e estruturais.

O relatório ressalta que reformas estruturais são a única maneira de criar crescimento sustentável sem gerar pressões inflacionárias, o que é essencial, já que muitas economias estão operando no limite ou acima da sua capacidade. "Infelizmente, o histórico de reformas após a crise tem sido bem aquém do desejado", critica.

Se a economia global conseguir navegar com sucesso essas águas turbulentas, a expansão pode continuar. Ainda assim, quase inevitavelmente os desequilíbrios financeiros e a relação dívida/PIB devem continuar crescendo. Se houver complacência dos mercados financeiros, isso incentivaria ainda mais uma alocação ruim de recursos. "Tudo isso tornaria o ajuste subsequente mais doloroso. Não somente seria mais difícil elevar os juros para níveis mais normais sem ameaçar o crescimento - dado o aumento no custo do serviço da dívida -, mas também reduziria ainda mais o espaço de manobra para lidar com uma eventual desaceleração, que virá cedo ou tarde", diz o BIS.

O banco central dos bancos centrais lembra que as expansões monetária e fiscal funcionam, em boa parte, "emprestando" demanda do futuro. "Quando o futuro se torna o presente, há inevitavelmente um preço a ser pago."

Cresce calote de dívida corporativa na China

Valor Econômico - 25/06/2018

O calote de dívida de empresas na China vem aumentando e agora começa a chegar aos títulos em moedas estrangeiras, comprados principalmente por investidores externos.

Empresas chinesas estão inadimplentes em pelo menos 20,7 bilhões de yuans (US\$ 3,19 bilhões) em bônus na moeda chinesa e em US\$ 350 milhões em papéis em dólares no primeiro semestre, 40% a mais do que no mesmo período de 2017.

A campanha de desalavancagem do governo e a ofensiva fiscalizadora contra o setor bancário paralelo deixaram mais empresas com dificuldade de obter crédito.

Os dados foram compilados pela Nikkei a partir de números firma de informações financeiras Shanghai DZH e outras fontes.

O CEFC Shanghai International Group, que deixou de honrar pagamentos de bônus de 2,1 bilhões de yuans em maio, deverá fazer o mesmo com 2 bilhões de yuans que vencem no fim de junho, o que elevaria o total de dívida inadimplente de empresas chinesas a US\$ 3,8 bilhões. O total de 2018 poderia superar o recorde de 2016.

Empenhado em manter a economia estável, o governo do presidente Xi Jinping tolerou o aumento do endividamento das empresas até o Congresso do Partido Comunista, em outubro do ano passado. Desde então, Pequim passou a agir com mais dureza para coibir o excesso de dívidas, pressionando os bancos a evitar a rolagem de créditos cujo único objetivo era manter vivas empresas em dificuldades e sem muitas perspectivas.

Pequim divulgou ainda no fim de abril a última versão preliminar da lei para restringir o sistema bancário paralelo. O esforço para se adequar a essas regras também levou a uma forte contenção do crédito a empresas e clientes de varejo nos últimos dois meses, o que agravou a escassez de dinheiro.

O aperto no crédito, somado aos recentes atritos comerciais com os EUA, vem pesando no mercado acionário. O índice Xangai Composto está quase no seu menor patamar em mais de um ano. Para investidores, a alta na inadimplência é reflexo de fatores como a piora nas condições de liquidez e o esfriamento da economia.

O aumento na inadimplência em bônus em moedas estrangeiras, comprados principalmente por investidores estrangeiros, indica que há sérios problemas no mercado. As empresas chinesas lançaram grandes volumes de dívidas em moedas estrangeiras neste ano, recorrendo a dinheiro externo depois que levantar fundos no país ficou mais difícil.

O China Energy Reserve and Chemicals Group, que conta com uma empresa estatal entre seus acionistas, informou em maio que deixou de pagar um título em dólar. Noticiou-se que representantes de instituições financeiras sul-coreanas que investiram no bônus visitaram a sede da empresa para questionar os executivos sobre as perspectivas de pagamento.

Como os emissores de dívidas em moeda estrangeira incluem empresas ligadas a governos locais endividados, muitos temem que os calotes vão continuar.

Fundos de truste, um tipo de veículo de investimento de alto rendimento, voltado a empresas e pessoas físicas de alta renda, podem ser tão vulneráveis a crises de crédito quanto os bônus empresariais, já que muitas vezes investem em poucas empresas ou projetos. Esses veículos ficaram em atraso em seus pagamentos em pelo menos 12 ocasiões neste ano.

Acredita-se que alguns bancos usam esses veículos para operações fora do balanço, em vez de conceder financiamentos comuns a empresas em

dificuldade. Esses pagamentos em atraso são vistos como sinal de problemas no setor bancário paralelo.

Os calotes começam a minar a confiança num segmento gigante. A dívida por vencer de empresas estava em 19,14 trilhões de yuans no fim de maio, segundo o Banco do Povo da China, o BC chinês.

A empresa de paisagismo urbano Beijing Orient Landscape & Environment, com ações negociadas na Bolsa de Valores de Shenzhen, levantou apenas 50 milhões de yuans com um título lançado em maio com o qual pretendia levantar até 1 bilhão de yuans. O bônus tem cupom de 7%, bem acima da atual taxa de juros de longo prazo, de pouco mais de 3,7%. O vice-presidente da empresa, Yang Liging, culpou o cenário complicado para a emissão de novos títulos.

Bancos menores vêm tendo problemas para conseguir dinheiro até por meio de depósitos interbancários. Neste mês, o BC chinês, dentro do esforço para sustentar o mercado, ampliou bastante os tipos de garantias aceitas para empréstimos de curto prazo. O banco central agora vai aceitar dívidas empresariais com notas de risco de crédito "AA+" ou "AA" das agências avaliadoras internas, em vez de apenas papéis "AAA".

Mais de 90% dos títulos de empresas chinesas são classificados internamente com notas "AA" ou superiores em comparação aos pouco menos de 40% com "AAA", de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O banco central chinês pode acabar concedendo créditos lastreados em dívidas que seriam consideradas especulativas na Europa ou EUA.

A crescente preocupação com os calotes dificulta ainda mais a tarefa das empresas de encontrar compradores para títulos sem notas "AAA". O fato de o BC aceitar títulos com ratings mais baixos como garantia deverá fazer com que outros bancos fiquem mais dispostos a arriscar-se com esses papéis. Senão, um número ainda maior de empresas poderia ficar sem acesso a crédito e jogar mais água fria na economia.

O Conselho de Estado, uma espécie de gabinete ministerial da China, indicou na semana passada que vai tomar medidas para injetar mais crédito nas pequenas empresas. O Banco do Povo da China deverá voltar a reduzir as exigências de reservas dos bancos comerciais em breve, depois do corte de 1 ponto percentual realizado em abril.

China volta a adotar medida para ampliar crédito no país

Valor Econômico - 25/06/2018

O banco central da China está liberando mais de US\$ 100 bilhões para bancos comerciais do país, para aumentar empréstimos e reestruturar dívidas, num momento em que o governo chinês tenta sustentar o crescimento em meio à

desaceleração da expansão econômica e à intensificação da disputa comercial com os EUA.

Em nota divulgada nesse domingo, o Banco do Povo da China (o BC) anunciou a redução de meio ponto percentual na quantidade de depósitos que os bancos devem manter no banco central (o chamado compulsório), a partir de 5 de julho. Esse dia é a véspera do prazo dos EUA para aplicar tarifas punitivas sobre US\$ 50 bilhões em produtos chineses importados.

Com o corte, cerca de 500 bilhões de yuans (US \$ 76,86 bilhões) serão liberados para 17 grandes bancos, incluindo os cinco bancos estatais (o Big Five), disse o banco central, que orientou os bancos a usar os fundos liberados para converter empréstimos ruins em ações de empresas que estão inadimplentes.

Outros 200 bilhões de yuans (pouco mais de US\$ 30 bilhões) estão sendo liberados para os bancos comerciais e outros credores menores. Esses fundos devem ser usados para expandir os empréstimos a pequenas empresas, disse o BC.

A medida já era esperada, após aviso na semana passada do Conselho de Estado pedindo mais medidas para ajudar as pequenas empresas. Ainda assim, isso marca uma mudança na política do governo de restrição ao crédito imposta nos últimos anos para manter sob controle o alto nível de dívida, que pode comprometer o crescimento do país no longo prazo.

Essa mudança, disseram os conselheiros e economistas do governo, reflete o desejo dos líderes chineses de reforçar o crescimento, estabilizar os mercados financeiros e aliviar o temor de que a disputa comercial com os EUA possa prejudicar uma economia, que já está perdendo força.

Após as bolsas chinesas seguirem os mercados globais na terça-feira, devido ao temor de um conflito comercial, Liu He, o xerife econômico do governo, despachou o presidente do BC, Yi Gang, para conversar com a mídia estatal, para tentar acalmar investidores nervosos, segundo pessoas a par do assunto. Numa entrevista, Yi prometeu usar a política monetária "de forma abrangente" para conter qualquer "choque externo".

Após o corte do compulsório dos bancos, analistas esperam novas ações de estímulo monetário.

EUA vão restringir o investimento chinês em empresas americanas

Valor Econômico - 25/06/2018

O governo Trump decidiu restringir os investimentos chineses em empresas dos EUA em setores que vão da indústria aeroespacial à robótica, numa nova escalada da guerra comercial com Pequim.

A medida, segundo analistas, pode ter consequências ainda maiores, de longo prazo, na relação econômica entre EUA e China do que a crescente guerra tarifária e marca uma das maiores mudanças no regime de investimento aberto dos EUA em décadas.

O presidente Donald Trump ordenou ao Tesouro dos EUA que redigisse e divulgasse nesta semana as restrições aos investimentos chineses no país. Elas vão se juntar às sobretaxas já anunciadas sobre US \$ 50 bilhões em produtos chineses, com o objetivo de forçar mudanças nas práticas de propriedade intelectual da China.

A medida esfriar ainda mais os investimentos chineses nos EUA. Segundo a consultoria do Rhodium Group, o investimento estrangeiro direto da China nos EUA caiu mais de 90%, para apenas US \$ 1,8 bilhão no primeiro semestre de 2018, ante o mesmo período do ano passado. Em 2016, empresas chinesas registraram o recorde de US \$ 46 bilhões em investimento direto nos EUA.

A abrangência das medidas tem sido objeto de discussões internas no governo Trump nos últimos dias, dizem pessoas a par do debate. Não está claro com que rapidez as restrições entrarão em vigor e se elas se aplicarão aos investimentos chineses em fundos de capital de risco, que fornecem boa parte do capital inicial para start-ups de tecnologia dos EUA.

Mas, segundo autoridades e pessoas a par das discussões, o governo decidiu restringir a capacidade da China de investir ou adquirir empresas americanas nos setores identificados por Pequim em seu plano chamado Made in China 2025. Xi Jinping, presidente da China, estabeleceu uma meta de liderar o mundo nesses dez setores, que incluem aeroespacial, inteligência artificial, robótica, dispositivos médicos e ferrovias.

"A China tem como alvo as indústrias americanas do futuro, e o presidente Trump entende melhor do que ninguém que, se a China capturar com sucesso essas indústrias emergentes do futuro, os EUA não terão futuro econômico, enquanto sua segurança nacional estará seriamente comprometida", disse Peter Navarro, assessor comercial da Casa Branca, na semana passada.

O governo Trump parece querer invocar uma lei que dá aos presidentes dos EUA amplos poderes no caso de uma emergência econômica nacional, que o presidente provavelmente declarará. A Lei Internacional dos Poderes Econômicos de Emergência (IEEPA, na sigla em inglês) data da década de 1970 e, no passado, foi usada principalmente para impor sanções a países como a Coreia do Norte e o Irã.

Autoridades argumentam que as restrições são necessárias porque os EUA estão em uma guerra existencial de inovação com a China sobre as principais tecnologias que definirão o futuro das duas maiores economias do mundo.

O governo avalia a criação de um regime separado paralelo ao Comitê de Investimentos Estrangeiros nos EUA (Cfius). Mas o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, tem resistido a isso. Ele argumentou internamente que a nova legislação do Cfius, que tramita no Congresso, daria à comissão todos os poderes necessários.

Mas, segundo pessoas de dentro e de fora do governo a par da situação, as autoridades mais anti-China ganharam o debate interno, e a Casa Branca já começou a dizer às várias agências do governo envolvidas que elas precisariam enviar pessoas ao Tesouro para trabalhar no novo regime.

Peter Harrell, que ajudou a redigir sanções e a política de diplomacia econômica no Departamento de Estado no governo Obama, disse que uma medida unilateral do governo Trump para invocar a IEEPA seria incomum. "Essa é uma mudança bastante acentuada em relação a como as coisas eram feitas no passado", disse.

A medida, porém, manteria o padrão do governo Trump de invocar a segurança nacional em suas batalhas econômicas, incluindo, mais recentemente, a imposição de sobretaxas às importações de aço e alumínio. Trump também lançou uma investigação sobre se carros estrangeiros representam uma ameaça à segurança nacional dos EUA, que, segundo o presidente, levaria a uma sobretaxa de 20% aos carros europeus.

"O governo Trump, meio que de modo geral, está muito confuso e parece estar dizendo que qualquer desafio econômico significativo enfrentado pelos EUA também é um desafio de segurança nacional", disse Harrell, que está agora no Center for a New American Security.

Derek Scissors, especialista nas relações econômicas entre EUA e China do conservador American Enterprise Institute, disse que o governo está certo em mirar o investimento da China em setores-chave de tecnologia. Mas pode haver reação do Congresso se o governo decidir driblar a reforma do Cfius atualmente em debate.

"Isso não deixará [o Congresso] feliz, mesmo quem simpatiza com o amplo objetivo [de restringir o acesso chinês à tecnologia dos EUA]", disse ele.

Itália propõe rever regras de acolhimento de refugiados da UE

O Globo - 25/06/2018

Em reunião preparatória para a cúpula da União Europeia (UE), que discutirá nas próximas quinta e sexta-feira a crise gerada pelo fluxo migratório para os países do bloco, a Itália apresentou ontem sua proposta para enfrentar o problema. O primeiro-ministro Giuseppe Conte defendeu o fim da cláusula do Regulamento de Dublin que impõe a obrigatoriedade de acolhimento aos países onde os migrantes aportam, enquanto o durar o trâmite do processo de

refúgio. E, em concordância com o presidente da França, Emmanuel Macron, que fez a proposta no sábado, Conte também defendeu a aplicação de sanções contra as nações que se recusarem a acolher os refugiados, segundo suas cotas.

— Propomos uma política de gestão de fluxos migratórios eficaz e sustentável. Devemos superar o Regulamento de Dublin, que se baseia em uma lógica de emergência — disse o primeiro-ministro italiano ao chegar a Bruxelas para a reunião com líderes de 16 dos 28 governos do bloco europeu.

A proposta italiana aponta em seu quinto item que “seja superado o critério do primeiro país de chegada”. O documento acrescenta que “quem desembarca na Itália, desembarca na Europa”, e portanto “está em jogo Schengen (o espaço de livre circulação)”. Pelas regras atuais do Regulamento de Dublin, o país europeu no qual o migrante pisa primeiro é o responsável por dar prosseguimento à sua solicitação de asilo.

A regra afeta sobretudo países como Itália, Grécia e Espanha, que recebem a maior parte dos refugiados da África e do Oriente Médio. A resistência das demais nações em cumprir suas cotas de acolhimento acaba obrigando os dois países a administrar um grande contingente de refugiados. O governo italiano afirma que o “resgate não pode se tornar uma obrigação de gerir as solicitações” de refúgio. GOVERNO ALEMÃO PRESSIONADO Já a chanceler federal alemã, Angela Merkel, disse ontem que buscará acordos diretos com países da UE, admitindo que o bloco não conseguiu encontrar uma solução conjunta para o problema, que ameaça dissolver seu governo. Seu parceiro de coalizão e ministro do Interior, Horst Seehofer, prometeu impedir a entrada de migrantes se não houver um acordo na reunião de cúpula desta semana.

— Sabemos que no Conselho Europeu, infelizmente, não teremos uma solução completa para a questão da migração — disse Merkel. — É por isso que haverá acordos bilaterais e trilaterais.

Macron ofereceu a Merkel um apoio cauteloso, dizendo que, embora a solução para a migração deva ser “europeia”, ela poderia ser construída por meio da cooperação de todos os membros. No sábado, além de propor sanções a países que rejeitassem cotas de refugiados, Macron também defendeu a criação de “centros fechados” para migrantes, o que agilizaria o trâmite de seus pedidos de asilo.

O presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, disse numa entrevista ao jornal “El País”, publicada ontem, que está comprometido em participar de uma solução para o problema da migração ilegal. Sánchez, que assumiu o governo no início do mês, autorizou o navio Aquarius — de uma ONG que resgatou 629 migrantes e foi proibido de atracar na Itália e em Malta — a seguir para a Espanha. “Não pode haver uma resposta unilateral. Com o Aquarius, fizemos um gesto de solidariedade, mas uma crise humanitária é uma coisa, e política migratória, outra. E uma política migratória tem que ter uma resposta comum, europeia”, disse Sánchez ao “El País”.

Confiança de empresas na Alemanha cai a menor nível desde maio de 2017

DCI - 25/06/2018

O índice de sentimento das empresas da Alemanha caiu de 102,3 em maio para 101,8 em junho, segundo dados com ajustes sazonais publicados hoje pelo instituto alemão Ifo. O resultado foi o menor desde maio do ano passado, mas ficou um pouco acima da expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam queda do índice a 101,6.

"Os ventos favoráveis que favoreceram a economia alemã estão perdendo força", avaliou Clemens Fuest, presidente do Ifo, que tem sede em Munique.

A pesquisa mensal do Ifo envolve cerca de 9.000 empresas dos setores de manufatura, serviços, comércio e construção.

Na semana passada, o Ifo revisou para baixo suas projeções de crescimento da Alemanha. O instituto agora prevê avanço de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) alemão tanto neste ano quanto no próximo. Anteriormente, o Ifo estimava ganhos de 2,6% em 2018 e de 2,1% em 2019. Fonte: Dow Jones Newswires.